

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**Instituto de Ciências Humanas**

**Departamento de Antropologia e Arqueologia**



**Trabalho de Conclusão de Curso**

**“MAR BOM OU MAR RUIM, TEMOS QUE ESTAR AQUI”**

**Estudo etnográfico sobre pesca artesanal, turismo comunitário e conflito ambiental na Praia de Naufragados (SC)**

**Leonardo Sapucaia**

Pelotas - 2022

**Leonardo Sapucaia**

**“MAR BOM OU MAR RUIM, TEMOS QUE ESTAR AQUI”**

Estudo etnográfico sobre pesca artesanal, turismo comunitário e conflito ambiental  
na Praia de Naufragados (SC)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, na linha de formação em Antropologia Social e Cultural, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia.

Orientadora: Dra. Flávia Maria Silva Rieth

Pelotas - 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S241 Sapucaia, Leonardo

“Mar bom ou mar ruim, temos que estar aqui” : estudo etnográfico sobre pesca artesanal, turismo comunitário e conflito ambiental na praia de Naufragados (SC) / Leonardo Sapucaia ; Flávia Maria Silva Rieth, orientadora. — Pelotas, 2022.

109 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Antropologia e meio ambiente. 2. Conflito ambiental. 3. Pesca artesanal. 4. Turismo comunitário. 5. Praia de naufragados. I. Rieth, Flávia Maria Silva, orient. II. Título.

CDD : 306

Elaborada por Michele Lavadouro da Silva CRB: 10/2502

**Leonardo Sapucaia**

**“MAR BOM OU MAR RUIM, TEMOS QUE ESTAR AQUI”**

Estudo etnográfico sobre pesca artesanal, turismo comunitário e conflito ambiental  
na Praia de Naufragados (SC)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia, Linha de Formação Antropologia Social e Cultural, no Departamento de Antropologia e Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

**Data da defesa: 08/12/2022.**

**Banca examinadora:**

**Flávia Maria Silva Rieth (Orientadora)**

Doutora em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

**Claudia Turra Magni**

Doutora em Antropologia e Etnologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales

---

**Gianpaolo Knoller Adomilli**

Doutor em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

**Vagner Barreto Rodrigues**

Doutorando em Antropologia e Arqueologia - Universidade Federal do Paraná

Este trabalho é dedicado a toda comunidade  
da Praia de Naufragados.

## **AGRADECIMENTOS:**

Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer e expressar minha enorme gratidão à minha mãe e ao meu pai, Karla e Sanwestt, que desde sempre me incentivaram e, com muitos esforços, deram condições para que eu pudesse chegar até aqui. E, apesar de todas as dificuldades que se impuseram ao longo dessa caminhada, nunca saíram do meu lado, mesmo de longe. Aos meus pais, minha eterna gratidão.

Agradeço meus irmãos, Matheus e Giulia, que, assim como meus pais, sempre me incentivaram a seguir em frente e realizar a conquista de me formar na universidade. Gratidão por existirem em minha vida.

Agradeço à minha família, em especial à Vó Rosa, Vó Ana, Vó Lúcia, Karina, Michelle, Arthur, Guga, Gabriel e Judá, que sempre estiveram próximos, em uma troca contínua de amor e afetos, compartilhando momentos que sem dúvidas serviram como combustível para seguir adiante quando fisicamente encontrava-me longe. Gratidão por sempre me apoiarem.

Agradeço à Tia Ana, ao Tio Geraldo e ao Vini, que desde sempre me falaram sobre a importância de estudar, além de tirar dúvidas, aconselhar e acompanhar o meus processos de estudo, inicialmente no ensino médio, em provas de vestibular, na graduação e no TCC. Gratidão à vocês.

Agradeço às amizades construídas em Pelotas, as quais foram fundamentais para tornar a distância da família menos dolorida e o processo de formação acadêmica mais leve. Gratidão à Gabi, Ana, Tamara, Nath, Garcez, João, Miguel, Andrey, Luiz, Rafa, Jhonatan e Nawaf. Comigo, guardo momentos que levarei para sempre, vocês são como irmãs e irmãos.

Agradeço à toda equipe do Inventário Nacional de Referências Culturais Lida Campeira, lugar onde tanto aprendi e que certamente foi de fundamental importância para a minha formação. Em especial, agradeço à professora Flávia, por todos os ensinamentos, dedicação e atenção; ao Vagner, que sempre se manteve disposto a me instruir, auxiliar e refletir sobre o tema deste trabalho; e, ao Mateus, com quem

pude trabalhar ao lado enquanto bolsista e aluno em processo de conclusão de curso, compartilhando reflexões e auxílios. Vocês são minhas inspirações, gratidão.

Agradeço à Letícia, por todo esforço, auxílio e companheirismo na reta final deste trabalho, sua presença foi fundamental, gratidão.

Agradeço à toda comunidade da Praia de Naufragados, que me recebeu de braços abertos. Em especial, agradeço ao Seu Valdir e ao Seu Mazinho, por toda gentileza, amizade, atenção e disposição em tirar minhas dúvidas; por vocês, me senti acolhido e à vontade. Gratidão.

Agradeço à Universidade Federal de Pelotas, o Instituto de Ciências Humanas, o Departamento de Antropologia e Arqueologia, professores, professoras, todos/as funcionários e funcionárias e, por fim, à população brasileira. Gratidão.

*“A única luta que se perde é a que se abandona.”*

**Don L. Primavera.**



## RESUMO

SAPUCAIA, Leonardo. “**MAR BOM OU MAR RUIM, TEMOS QUE ESTAR AQUI**”. Estudo etnográfico sobre pesca artesanal, turismo comunitário e conflito ambiental na Praia de Naufragados (SC). (Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

O presente trabalho tem como objetivo analisar e refletir sobre as estratégias utilizadas pela comunidade da Praia de Naufragados, em Santa Catarina (SC), frente ao conflito ambiental existente no local decorrente de sua anexação ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em 1977. Através de uma pesquisa etnográfica, busca-se compreender a trajetória de vida de seus habitantes, para, assim, contextualizar a Praia de Naufragados e, em seguida, analisar os desdobramentos do conflito e seus impactos causados na dinâmica sociocultural e econômica da comunidade. A partir de reflexões pautadas nas áreas de antropologia e meio ambiente e conflito ambiental, constatou-se que, após o início do conflito, os habitantes da Praia de Naufragados adotaram uma noção de comunidade e passaram articular a pesca artesanal da tainha, o turismo de base comunitária e diferentes atividades voltadas à conservação e reprodução ecológica e cultural local. Atualmente, a comunidade é constituída por cerca de trinta famílias, as quais, até o presente momento, utilizaram-se de tais estratégias para permanecerem habitando a Praia de Naufragados.

**Palavras-chave:** Antropologia e Meio Ambiente. Conflito Ambiental. Pesca Artesanal. Turismo Comunitário. Praia de Naufragados.

## ABSTRACT

The present work aims to analyze and reflect on the strategies used by the community of Praia de Naufragados, in Santa Catarina (SC) in the face of the existing environmental conflict in the place resulting from its annexation to the Serra do Tabuleiro State Park, in 1977. Through ethnographic research, we seek to understand the life trajectory of its inhabitants, in order to contextualize Praia de Naufragados and then analyze the consequences of the conflict and its impacts on the socio-cultural and economic dynamics of the community. From reflections based on the areas of anthropology and the environment and environmental conflict, it was found that, after the beginning of the conflict, the inhabitants of Praia de Naufragados adopted a notion of community and began to articulate artisanal fishing for mullet, tourism of community base and different activities aimed at conservation and local ecological and cultural reproduction. Currently, the community consists of about thirty families, which, until now, have used such strategies to remain inhabiting Praia de Naufragados.

**Keywords:** Anthropology and Environment. Environmental Conflict. Artisanal Fishing. Community Tourism. Praia de Naufragados.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ruína de uma residência.....	17
Figura 2 - O que restou de uma residência.....	26
Figura 3 - “Diversos seres vivos vivem aqui”.....	27
Figura 4 - Procissão da Bandeira do Divino e lugares simbólicos.....	38
Figura 5 - Local de acampamento.....	43
Figura 6 - Restaurante de Seu Andrino e Dona Nieta.....	47
Figura 7 - Imagem aérea da ponta sul da Ilha de Santa Catarina.....	52
Figura 8 - Oficina Lítica da Praia de Naufragados.....	60
Figura 9 - Farol da Praia de Naufragados.....	61
Figura 10 - Canhões do Forte Marechal Moura.....	62
Figura 11 - Casa do Exército.....	63
Figura 12 - Transporte de mercadorias realizado pelo cavalo de Dona Maria.....	70
Figura 13 - Placas pelo caminho.....	71
Figura 14 - Pontos do Caminho para a Praia de Naufragados.....	73
Figura 15 - Placa de indicação.....	74
Figura 16 - Placa de boas vindas à Praia de Naufragados.....	76
Figura 17 - Praia de Naufragados vista a partir da encosta oeste.....	79
Figura 18 - Vista para as Piscinas Naturais.....	81
Figura 19 - Balanço e cabine dos/as Salva-vidas.....	82
Figura 20 - Placa S.O.S Naufragados.....	84
Figura 21 - Início do cerco das tainhas.....	87

Figura 22 - Estrutura de acampamento.....	89
Figura 23 - Camaradas de praia puxando a rede.....	90
Figura 24 - Camaradas de praia puxando a rede após o cerco.....	92
Figura 25 - Separação das tainhas.....	95
Figura 26 - Montes de tainhas após a contagem.....	98
Figura 27 - Recolhimento da rede e encerramento da pesca.....	102

## **LISTA DE TABELAS**

Quadro 1 - Quadro de UCs que abrangem a Praia de Naufragados.....	22
---	----

## MAPAS

Mapa 1 - Área de abrangência do PEST.....	19
Mapa 2 - Mapa de UCs que abrangem a Praia de Naufragados.....	21
Mapa 3 - Mapa de localização do município de Florianópolis.....	53
Mapa 4 - Imagem de satélite do mapa da Ilha de Santa Catarina.....	58
Mapa 5 - Residências e estabelecimentos comerciais na Praia de Naufragados.....	68
Mapa 6 - Caminhos da Praia de Naufragados.....	78

## **LISTA DE SIGLAS**

AMOPRAN - Associação dos moradores da Praia de Naufragados

APA - Área de Proteção Ambiental

CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

FATMA - Fundação do Meio Ambiente

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IMA - Instituto do Meio Ambiente

MONA - Monumento Natural

MPE - Ministério Público Estadual

OMS - Organização Mundial da Saúde

PEST - Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

SC - Santa Catarina

SISNAMA - Sistema Brasileiro de Proteção ao Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

UC: Unidade de Conservação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 CAMINHANDO PELO LABIRINTO: educando a atenção.....</b>	<b>27</b>
<b>3 NAUFRAGADOS EM PERSPECTIVA: entre história, conflito e paisagem.....</b>	<b>52</b>
<b>4 EM MEIO ÀS REDES.....</b>	<b>85</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>



# 1 INTRODUÇÃO

Figura 1 - Ruínas de uma residência



Fonte: Acervo do autor.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Antropologia Social e Cultural é fruto de uma pesquisa etnográfica realizada de dezembro de 2019 a dezembro de 2022 com os habitantes da Praia de Naufragados, em Florianópolis, Santa Catarina (SC). Assim, concentrou-se em analisar as estratégias utilizadas por estes atores sociais frente ao Poder Público, em razão do conflito ambiental estabelecido na comunidade a partir da anexação do território da Praia de Naufragados ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST), em 1977.

A Praia de Naufragados está localizada no extremo sul de Florianópolis, no Distrito Ribeirão da Ilha, onde seu acesso faz-se por um caminho de aproximadamente 3 km de extensão em meio à fauna e flora característicos do Bioma Mata Atlântica, a qual deve ser realizada a pé; ou através de embarcação, pelo mar. Em seu território vive uma comunidade heterogênea, constituída por cerca

de 30 famílias, as quais passaram a residir no local, principalmente, a partir do início da década de 1970, cada qual com suas trajetórias e motivações particulares, mas, em comum, a estreita relação que tiveram com atividades pesqueiras ao longo de suas vidas.

A dinâmica sociocultural e econômica da comunidade é pautada, entre outras, por duas atividades: a pesca tradicional da tainha [*Mugil liza*], a qual ocorre todos os anos na praia durante os meses de maio, junho e julho; e o turismo comunitário, o qual ocorre o ano todo, mas de maneira intensa durante a primavera e verão, caracterizado por serviços de hospedagem em *campings*, bares e restaurantes, transporte aquático, além da manutenção do território, ocorrido de maneira voluntária a partir de ações que envolvem o cuidado com o meio ambiente, favorecendo o bem estar de todos os seres que possam vir a conviver no ambiente. De tal modo, muitos garantem a complementação de suas rendas, a reprodução cultural e a conservação ambiental, constituindo, assim, um modo particular de habitar que viabiliza a salvaguarda de um patrimônio sociocultural.

Em novembro de 1975, o Governo de Santa Catarina criou o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, por meio do Decreto Estadual nº1.260<sup>1</sup>, com objetivo de proteger a biodiversidade e os mananciais hídricos existentes no território, levando em conta “[...] seu potencial hídrico, geológico, florístico, faunístico, climático, paisagístico e turístico” (Cria o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, 1975). Desta maneira, esta Unidade de Conservação (UC) passou a ser o maior remanescente de Mata Atlântica sob proteção integral do estado, estendendo-se por nove municípios e nove ilhas, ocupando cerca de um por cento do território catarinense (IMA, 2019)<sup>2</sup>. No ano de sua criação, a área de abrangência desta UC estava situada apenas na parte continental do estado. Já em 1977, com Decreto Estadual nº2.335<sup>3</sup>, o território da Praia de Naufragados foi anexado ao PEST, sendo a única região do município de Florianópolis a fazer parte de sua área, como demonstra o mapa a seguir:

---

<sup>1</sup>Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/decreto-n-1260-de-011175-cria-o-parque-estadual-da-serra-do-tabuleiro>. Acesso em: 12 nov. 2022.

<sup>2</sup>Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/biodiversidade/unidades-de-conservacao/parque-estadual-da-serra-do-tabuleiro>. Acesso em: 23 nov. 2022.

<sup>3</sup> Este e outros decretos, leis e portarias à respeito do PEST, estão disponíveis em: <https://uc.socioambiental.org/arp/1152>. Acesso em: 23 nov. 2022.

Mapa 1 - Área de abrangência do PEST



Fonte: Rede Gestão Sustentável (adaptado)<sup>4</sup>.

As UCs no Brasil, fazem parte do Sistema Brasileiro de Proteção ao Meio Ambiente (SISNAMA), sendo controladas pelo órgão federal Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), compondo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)<sup>5</sup>. O PEST, por sua vez, está sob gestão do Instituto do Meio Ambiente (IMA), antiga Fundação do Meio Ambiente (FATMA). Conforme aponta Cristiane Fortkamp (2008), desde a criação da UC, o órgão assumiu um discurso que caracteriza o local enquanto um “santuário da biodiversidade”, sem levar em consideração as populações que habitam as regiões que foram delimitadas, ao categorizar a UC enquanto Proteção Integral.

Embora, em um primeiro momento não tenha criminalizado tais atores, por outro lado, produziu-se um paradoxo, através do qual considerou que para conservar o ambiente seria necessário retirar a população local da área, ou seja,

<sup>4</sup> Disponível em: <http://redgestaosustentavel.blogspot.com/2013/06/parque-estadual-da-serra-do-tabuleiro.html>. Acesso em: 23 nov. 2022.

<sup>5</sup> Para mais informações, acessar o site disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>. Acesso em: 12 nov. 2022.

erradicar as atividades tradicionais desempenhadas pelos habitantes das regiões, que, por sua vez, acabou reverberando uma série de conflitos ambientais em diversas regiões do PEST.

As UCs caracterizadas por Parques Estaduais (ou Nacionais), compõem a categoria de Proteção Integral, a qual tem por objetivo principal garantir a conservação da biodiversidade local, permitindo utilizar os recursos naturais apenas de maneira indireta, em atividades como o turismo ecológico, pesquisas científicas, recreação em contato com a natureza, turismo ecológico etc., tornando, dessa maneira, proibida a presença humana com finalidade de habitar dentro de seus limites. Neste sentido, os habitantes da Praia de Naufragados, viram-se frente a tal situação a partir da década de 1990. Naquele período, o território da Praia de Naufragados contava com cerca de 120 residências, algumas destinadas à moradia e outras para fins de veraneio, quando, a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), iniciou-se o processo de expropriação de alguns indivíduos que habitavam o local, sobre os quais, uma parcela, tiveram suas residências demolidas e/ou optaram em deixar o local, pelo receio que algo pior viesse acometê-los.

Neste contexto, o número de residências passou a diminuir ao longo dos anos, e as famílias que atualmente compõem a comunidade, foram, entre outras, as que contrataram serviços de advocacia e passaram a juntar-se à Associação dos Moradores da Praia de Naufragados (AMOPRAN), criada em 1986. A partir de então, os habitantes que conseguiram resistir – caracterizados, também, por aqueles que ocupavam o local há mais tempo e viviam diariamente na praia –, passaram a desenvolver uma noção de comunidade através do engajamento e organização política, criando estratégias de luta individuais e coletivas que pudessem garantir o direito à permanência da comunidade no local.

Em 2009, através da Lei N° 14.661, de 26 de março<sup>6</sup>, os limites do Parque Estadual foram reavaliados, redefinidos e divididos em quatro UCs de diferentes categorias, passando a se chamar Mosaico de Unidade de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambu<sup>7</sup>. Conforme o art.26 da Lei Federal N° 9.985/2000<sup>8</sup>, mosaico é definido como um conjunto de unidades de conservação de categorias

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/14661\\_2009\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/14661_2009_lei.html). Acesso em: 12 nov. 2022.

<sup>7</sup> Desse modo, as UCs que passaram a compor o mosaico são: o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a APA da Vargem do Braço, a APA da Vargem do Cedro e a APA do Entorno Costeiro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

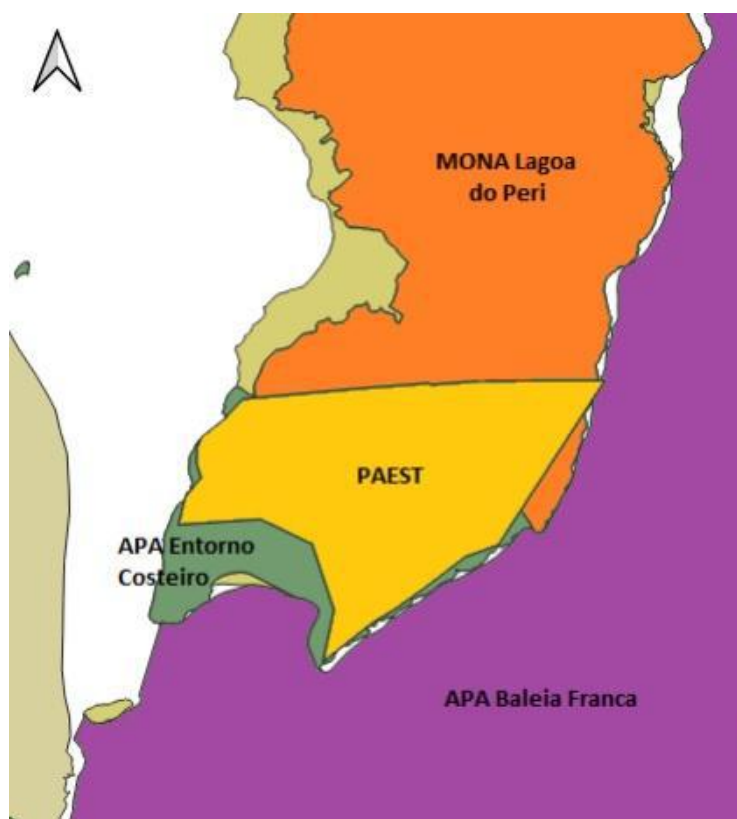
<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 02 jun. 2021.



diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, as quais devem ser considerados seus distintos objetivos de maneira compatibilizada.

A partir da recategorização, o território que compreende a Praia de Naufragados passou a fazer parte de duas UCs do mosaico, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Entorno Costeiro do PEST e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. As APAs, diferente dos Parques, fazem parte da categoria de UC de Uso Sustentável que, por sua vez, permite habitação humana dentro de seus limites. Estas áreas são constituídas por terras públicas ou privadas, cujo objetivo principal é proteger a diversidade biológica e disciplinar o processo de ocupação dentro do território delimitado. Entretanto, por flexibilizar a ocupação em sua área, pode potencializar a especulação imobiliária dentro de seus limites, a qual deve ser vista considerando os possíveis impactos culturais e ecológicos.

Mapa 2 - Mapa de UCs que abrangem a Praia de Naufragados



Fonte: DOEBELI, 2021, p. 97.

Além do mosaico, há outras duas UCs que abrangem parte do território da Praia de Naufragados, a APA da Baleia Franca, que compreende a parte marítima da praia, e o Monumento Natural Municipal (MONA) da Lagoa do Peri, compreendendo parte do morro que cerca a comunidade. Entretanto, apesar do

território da Praia de Naufragados ser justaposto por quatro UC's, apenas a APA do Entorno Costeiro abrange a área onde estão as residências da comunidade. Por outro lado, mesmo fazendo parte da categoria de Uso Sustentável, as expropriações seguiram ocorrendo até os dias atuais.

Tabela 1 - Quadro de UCs que abrangem a Praia de Naufragados

<b>Unidade de Conservação</b>	<b>Grupo</b>	<b>Categoria</b>	<b>Instância Responsável</b>
APA da Baleia Franca	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Federal
APA do Entorno Costeiro	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Estadual
Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	Proteção Integral	Parque Estadual	Estadual
Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri	Proteção Integral	Monumento Natural	Municipal

Fonte: ((o)) Eco<sup>9</sup>.

De acordo com Antonio Carlos Diegues (2008), as Unidades de Conservação e os Parques Nacionais brasileiros seguiram o mesmo modelo proposto pelos Estados Unidos, a partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872. Tal modelo compreende o mundo natural enquanto um mecanismo com vida própria, onde seu desenvolvimento ocorre automaticamente, sem a presença humana, a “natureza selvagem” [*wilderness*], intocada e/ou intocável pelos humanos. Ao ser apropriado pelo Brasil – assim como outros países considerados “em desenvolvimento”, principalmente da América Latina –, originou-se uma série de

<sup>9</sup> Para mais informações a respeito das categorias de Unidades de Conservação brasileiras e suas respectivas especificações, consultar: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

problemas de caráter ético, sociocultural, econômico e político em consequência da exclusão dos povos que viviam nessas áreas.

Este fato, portanto, explica grande parte dos conflitos ambientais que envolvem populações locais e UCs, uma vez que seus conhecimentos tradicionais e suas técnicas de manejo são percebidas como inadequadas em garantir a administração desses espaços de acordo com a reprodução ecológica da biodiversidade da área. Desse modo, essas populações tendem a sofrer um processo de exclusão a partir da deslegitimação de suas epistemologias, ao serem invisibilizadas em razão da ciência ocidental enquanto verdade absoluta, precursora do “progresso” da humanidade (KOTHARI *et al.*, 2021). No Brasil, a partir de um estudo realizado pela SEMEIA (2021), constatou-se que dos 370 parques (77% dos parques registrados no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, 2019/2), distribuídos em 21 estados, 86% apresentam conflitos envolvendo, pelo menos, um ator social. Além disso, cerca de 40% dos parques não possuem plano de manejo e apenas 23% possuem plano aprovado e condizente com a realidade em que vivem.

Desse modo, o conflito envolvendo a comunidade da Praia de Naufragados pode ser considerado como consequência desse modelo desenvolvimentista, pautado na ideia de um caminho unilinear de desenvolvimento e progresso, sobre o qual exclui a possibilidade de conviver em um mundo pluriversal. Ao considerar que, a partir do conflito ambiental instaurado na comunidade, uma série de atividades que eram desempenhadas no local passaram a ser proibidas, afetando significativamente o modo de vida dos habitantes, fez-se necessário encontrar novas maneiras de saber-fazer que pudessem garantir e fazer sentido com seus modos de habitar, mas também que estivessem em ressonância com ciclos e ritmos sociais e ecológicos.

Dito isto, os objetivos propostos aqui fundamentaram-se em compreender o conflito ambiental e seus desdobramentos; analisar os efeitos e impactos do conflito no que diz respeito à dinâmica sociocultural da comunidade; e, identificar as estratégias mobilizadas pelos habitantes da Praia de Naufragados na luta por direito ao território em disputa. Desta maneira, através das discussões anteriores, esta pesquisa pode ser compreendida como fazendo parte de três grandes áreas

presentes nos debates antropológicos, como a Antropologia de Populações Pesqueiras, Antropologia e Meio Ambiente e Patrimônio Cultural Imaterial.

O estudo de comunidades pesqueiras caracteriza, hoje, uma área de pesquisa muito bem consolidada na antropologia brasileira, intitulada, muitas vezes, de sócio-antropologia marítima (DIEGUES, 1999). Atualmente, é possível encontrar diversas pesquisas antropológicas que apontam as particularidades socioculturais, históricas e econômicas do universo de cada comunidade pesqueira estudada. Gioconda Mussolini, antropóloga ítalo-brasileira, foi uma das grandes precursoras no que diz respeito ao estudo dessa temática, contribuindo com diversos estudos antropológicos sobre os quais abriram caminhos para diversos pesquisadores. Desse modo, pelo fato da pesquisa ter sido realizada com população costeira, cujo a pesca é uma atividade central na vida da maioria dos atores sociais em questão, enquadra-se, portanto, na área de Antropologia de Populações Pesqueiras.

De maneira complementar, as discussões estabelecidas na área de Antropologia e Meio Ambiente, a qual costuma debruçar-se em temas como conflitos ambientais, oposição entre cultura e natureza, outras maneiras de ser, saber e fazer (ESCOBAR, 2016), populações e conhecimentos tradicionais, entre outras, guiram parte das discussões estabelecidas nesta pesquisa, uma vez sendo indispensável para alcançar os objetivos aqui estabelecidos. Por fim, para refletir à respeito dos conhecimentos tradicionais dos pescadores da Praia de Naufragados e reconhecê-los enquanto conhecimentos fluídos que se atualizam, se remodelam e agregam outros saberes, utilizou-se a ideia de patrimônio cultural imaterial, o qual, segundo Nunes (2011, p.94), “[...] é o que está além do objeto e das manifestações, é o que não é possível tocar, ver, medir, mensurar, é o intangível. Traz os significados e signos, ‘o simbólico’ dos objetos e ainda o modo de ser e fazer”, compreendido, então, como outros bens culturais que estão para além de pedra e cal (FONSECA, 2009). Nesse sentido, a luta dos habitantes em razão do território demonstra-se como uma maneira de salvaguardar para garantir a vitalidade do patrimônio cultural imaterial, expresso em seus saberes, os quais garantem a reprodução sociocultural da comunidade.

Assim, no segundo capítulo deste trabalho, evidencia-se a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa, demonstrando detalhadamente o processo e o contexto sobre o qual foi realizada. Buscou-se, portanto, explicitar



como ocorreu a inserção em campo; quais foram os autores utilizados na abordagem teórico-metodológico sobre o qual o trabalho está fundamentado; os dois momentos distintos sobre o qual a pesquisa desenvolveu-se; a descrição de determinados eventos que tiveram algum valor no que diz respeito à coleta de dados e/ou julgou-se importante evidenciá-los; e, por fim, alguns interlocutores e interlocutoras que foram de fundamental importância para que a pesquisa fosse possível de ser realizada.

No terceiro capítulo, buscou-se contextualizar historicamente, de maneira resumida, o município de Florianópolis do período pré-colonial aos dias atuais, trazendo seus aspectos socioculturais e econômicos ao longo dos séculos. Além disso, evidenciou-se o modelo de desenvolvimento econômico adotado a partir da urbanização da capital, o qual está fortemente influenciado pelo turismo de massa que, por sua vez, estimula a especulação imobiliária que contribuiu e contribui com impactos sociais e ambientais. Em seguida, da mesma maneira, buscou-se contextualizar a Praia de Naufragados em suas diversas ocupações ao longo da história, até os dias atuais, apontando os desdobramentos do conflito, seus impactos na comunidade e as estratégias encontradas pelos habitantes a fim de justificar a permanência no local. Por fim, a partir da noção de paisagem de Tim Ingold (2015), foi realizada uma descrição densa da paisagem da Praia de Naufragados, utilizando fotografias que resultaram da pesquisa de campo, de maneira complementar à escrita.

No quarto capítulo, buscou-se descrever a pesca da tainha e sua relação cultural e econômica com a comunidade. Assim, contextualizou-se os atores sociais envolvidos na pesca, a organização social, a divisão de trabalho e as técnicas utilizadas. Além disso, foi utilizado fotografias que pudessem narrar visualmente a prática da pesca, proporcionando uma descrição etnográfica através de uma dimensão visual com maior riqueza de detalhes. Por fim, constatou-se que, direta ou indiretamente, grande parte dos habitantes da praia entram no circuito da pesca da tainha durante o período em que é realizada.

A partir dos capítulos anteriores, concluiu-se que a Praia de Naufragados não está desabitada, tampouco isolada, como propõe pensar as políticas de Unidade de Conservação, mas que existem pessoas habitando o local, organizados a partir de uma noção de comunidade, a qual desempenha modos específicos de

ser-saber-fazer, mantendo, inclusive, uma relação cultural e econômica com a cidade.

Figura 2 - O que restou de uma residência



Fonte: Acervo do autor.



## 2 CAMINHANDO PELO LABIRINTO: educando a atenção

“O andarilho no labirinto, que se submete ao mundo e responde aos seus acenos, seguindo por onde outros já estiveram, pode seguir adiante, sem começo ou fim, abrindo caminho no fluxo das coisas. Ele está, como diria Masschelein, verdadeiramente presente no presente.” (INGOLD, 2015, p. 20)

Figura 3 - “Diversos seres vivos vivem aqui”



Fonte: acervo do autor

Esta pesquisa está fundamentada no fazer etnográfico enquanto forma de produção de conhecimento clássico na Antropologia, implementado por Bronislaw Malinowski (1978 [1922]) e desenvolvido anos mais tarde por William Foote Whyte (2005 [1943]) em contexto urbano, através da observação participante e descrições etnográficas. Entretanto, a inserção em campo iniciou-se através da observação flutuante (PÉTONNET, 2008), em dezembro de 2019, quando, na época, encontrava-me de férias em Florianópolis. Vale destacar que, as aulas em formato remoto, oferecidas pela UFPel em decorrência da pandemia ocasionada pelo novo

Coronavírus (Sars-Cov-2), facilitaram minha permanência em Florianópolis durante alguns momentos entre 2020 e 2022, onde fiquei hospedado na residência de minha tia.

Assim, a pesquisa teve dois momentos distintos: o primeiro destinado a iniciar o contato com os habitantes da Praia de Naufragados, coletar dados etnográficos para compreender a estrutura sociocultural da comunidade, realizar o levantamento online de bibliografias e outras documentações, para então, definir o objeto de pesquisa; o segundo, por sua vez, destinou-se, a partir da observação participante (OLIVEIRA, 2000), em iniciar novas interlocuções, acompanhar a pesca da tainha, realizar caminhadas etnográficas pelas trilhas da praia, realizar registros fotográficos e descrições de alguns eventos específicos e, por fim, interpretar e organizar os dados escritos no diário de campo, para consolidar a última etapa da pesquisa, a escrita do trabalho final. Desse modo, no primeiro momento dediquei em levantar dados a partir de entrevistas semi-estruturadas, com poucas visitas à praia; o segundo, caracterizou-se pela observação participante, onde passei a frequentá-la semanalmente, além de ter passado algumas noites acampado, durante os meses de maio e junho de 2022.

A inserção em campo ocorreu após a minha primeira visita à Praia de Naufragados, em dezembro de 2019, quando passei o final de semana acampado com alguns amigos/as. Na ocasião, as únicas informações que eu possuía a respeito do local é que tratava-se de uma praia com paisagens cinematográficas, com acesso apenas por trilha (o que me fazia imaginar um local isolado, apenas com turistas) e um ótimo lugar para acampar e contemplar a paisagem. Chegando na praia, pude observar algumas residências já no final da trilha, próximas à faixa de areia, passando, então, a abandonar minhas pré-concepções ao perceber que existem pessoas habitando no local.

Com o olhar etnográfico domesticado teoricamente e treinado a observar possíveis fenômenos antropológicos, desenvolvido ao longo de meu itinerário acadêmico, deparei-me com a curiosidade de compreender o modo de vida das pessoas que vivem na Praia de Naufragados, como costumeiramente me ocorre em certos locais que frequento. A princípio, não passava de uma curiosidade sobre a qual busquei despender alguns esforços para saciar minhas inquietações, através da observação do ambiente e das pessoas que ali transitavam. Naquela época, já me confrontava com a necessidade de encontrar um objeto de estudo para

desenvolver meu TCC, fato que despertou uma motivação maior em buscar conhecer os habitantes e os aspectos socioculturais que caracterizam a comunidade. Logo, passei a refletir sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa no local. Assim, me propus a realizar, inicialmente, uma observação flutuante que, de acordo com Colette Pétonnet (2008, p.102), “consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la “flutuar”, de modo que as informações o penetrem sem filtro (...)”. No campo, me mantive aberto a todas e quaisquer situações que poderiam me colocar naquele final de semana, deixando-me ser conduzido pelo inesperado, a fim de saber se minhas observações resultariam, futuramente, na escolha de algum objeto de pesquisa.

Na primeira noite, enquanto sentado sozinho sobre a areia da praia refletindo e observando o mar, através da luz da lua e da iluminação da massa continental, tive o prazer de conhecer Kayo, o qual apresentou-se enquanto neto de um casal da família Espírito Santo, que chegou na Praia de Naufragados ainda no século 19. Na ocasião, Kayo se aproximou e iniciou um diálogo, onde passamos horas conversando. Na conversa, Kayo explicou diversas questões a respeito da comunidade, como quantas famílias a constituem, a existência de uma sazonalidade do trabalho articulada entre pesca e turismo, e o fato da praia estar dentro de uma UC, o qual deu origem ao conflito ambiental na praia. Assim, os assuntos conversados naquela noite cativaram-me e fizeram com que, definitivamente, iniciasse uma pesquisa no local.

Após uma longa conversa durante a madrugada, ao amanhecer, notamos um habitante da praia retirando sua rede que havia passado a noite no mar. Fomos ao seu encontro e, como Kayo o conhecia, o ajudamos a retirar a rede do mar sendo, em seguida, recompensados com alguns pescados. Este evento possibilitou que eu conhecesse outros dois habitantes da praia que também se aproximaram para nos ajudar e conversar enquanto tal atividade era realizada. Assim, pude refletir que ali marcava o início de minha inserção ao campo e, possivelmente, o início de uma pesquisa acadêmica.

Ao retornar para a cidade, iniciei um diário de campo destinado às vivências que tive e que futuramente teria na Praia de Naufragados. O diário de campo, assim como “o caderno de campo, é ao mesmo tempo ferramenta, meio e condição de possibilidade para a elaboração da etnografia [...]” (MARQUES; VILLELA, 2005, p.

41), fundamental para registrar as observações obtidas em campo, analisá-las e por fim, torná-las tanto ou mais críticas no momento de desenvolver os dados, em conjunto com a teoria e seus conceitos, resultando na escrita do trabalho final.

Dias depois, ao manifestar para alguns amigos/as residentes de Florianópolis sobre o meu interesse em iniciar a pesquisa em Naufragados, fui informado sobre a existência de um perfil na rede social *Instagram*, chamado S.O.S Naufragados<sup>10</sup>, administrado por um habitante do local de nome Rama. Ao encontrar o perfil na rede social, pude observar que Rama produz conteúdos voltados, principalmente, à demonstração do modo de vida dos habitantes do local, apontando em seus vídeos alguns fatos históricos da comunidade e as consequências do conflito ambiental em que a comunidade enfrenta. Logo, refleti sobre ter encontrado um meio de retornar ao campo, uma vez que não troquei contato com Kayo e com os outros habitantes que conheci em minha primeira visita à praia.

Após acessar os conteúdos do perfil em questão, passei a ter um panorama mais amplo a respeito da comunidade e do conflito. Desse modo, passaram-se alguns dias e, então, entrei em contato com Rama via mensagem de texto, através de seu perfil, onde escrevi sobre minha vontade de realizar uma pesquisa acadêmica na praia, com objetivo de abordar o conflito ambiental e as estratégias de permanência da comunidade. Logo, combinamos um encontro em sua residência, em fevereiro de 2021.

Sabendo que em março retornaria a Pelotas/RS para o início de mais um semestre letivo da universidade, elenquei uma série de perguntas que pudessem me trazer uma compreensão mais ampla a respeito da comunidade para, em seguida, direcionar meus estudos de acordo com as disciplinas da graduação e suas atividades avaliativas. De acordo com Simões (2008, p. 195), “A observação flutuante, por princípio, termina onde começa a observação participante”. Assim, com o objeto de estudo pré-definido, retornei a campo com olhar etnográfico direcionado ao objeto de estudo, fazendo uso da observação participante enquanto método de pesquisa.

Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e cotidianos, construindo cadeias de significação. Este modelo de observar supõe [...] um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar. Para conseguir esta façanha [...] é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado. Este esforço não pode ser feito se não se

---

<sup>10</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/sos\\_naufragados/](https://www.instagram.com/sos_naufragados/). Acesso em: 21 set. 2022.



coloca entre parênteses os grandes paradigmas interpretativos assim como os parâmetros usados pelos entrevistados para explicar o mundo. [...] O encontro com o desconhecido, com que se pode cultivar uma relação de alteridade, é que permite conhecer o modo de operar de sistemas simbólicos diversos que são postos em movimento por esta interlocução. (CARDOSO, 2004, p. 103)

Desse modo, a partir de uma entrevista semi-estruturada realizada com Rama, foram utilizados como instrumentos metodológicos de coleta de dados o caderno de campo e o gravador de voz, através da permissão do interlocutor. A gravação durou cerca de trinta minutos, porém, nossa conversa não se limitou apenas às perguntas pré-estabelecidas. Após encerrar a gravação, nos dirigimos para a área externa de sua residência, onde demos início a uma conversa casual, sem a presença do gravador de voz.

Nossa conversa foi importante para que pudéssemos nos conhecer melhor e explicar de maneira mais clara sobre o intuito da minha pesquisa, ainda que naquele momento encontrava-se em fase inicial. Durante a conversa, não tive qualquer pretensão de realizar uma entrevista informal, mas, ainda assim, a conversa resultou em alguns dados que me fizeram ter um conhecimento maior a respeito da vida pessoal do interlocutor, como, por exemplo, seu trabalho que é desempenhado na cidade.

Em seguida, Rama me convidou para conhecer sua mãe, a Dona Glória, que possui uma residência no mesmo terreno de seu filho. Ao chegar em sua residência, Dona Glória estava com sua amiga, Dona Lindaura, que meses antes havia sido surpreendida pelos agentes públicos em sua casa com ordem de demolição em mãos, determinados a desapropriá-la e demolir sua residência. Após ser apresentado por Rama, iniciei uma breve conversa com as duas, pois, naquele momento, minha intenção era conhecê-las. A conversa tornou-se uma entrevista informal, quando passei a realizar algumas perguntas para direcionar a conversa e compreender melhor alguns assuntos a respeito, principalmente, da trajetória de vida de cada uma delas.

De maneira discreta, tomei nota de algumas informações obtidas naquele momento, onde mais tarde, ao retornar para a cidade, pude desenvolvê-las no diário de campo de acordo com minhas memórias. Assim, registrei minhas experiências, os assuntos conversados com o Rama, Dona Glória e Dona Lindaura, bem como observações a respeito das entidades que compõem a paisagem da comunidade (INGOLD, 2015). Além disso, nos dias que se passaram realizei a transcrição de

áudio da entrevista realizada com Rama, a fim de armazenar e facilitar o estudo dos dados obtidos em campo.

Ainda em fevereiro, passei três dias acampado em Naufragados com as amizades que havia feito na visita anterior. Na ocasião, dediquei-me em fazer apenas observações sobre o ambiente da praia e anotá-las em meu diário de campo, sem realizar qualquer tipo de entrevista com os habitantes do local. Conforme aponta Silva (2009), a etnografia tem três fases na operação analítica: andar, ver e descrever. Pensando principalmente nas caminhadas e vivências na praia, esses três dias foram fundamentais, também, para o que Ingold (2015) propõe como uma educação alternativa da atenção, adquirida através do caminhar pelo labirinto. Segundo o autor,

no labirinto [...], aquele que segue o caminho não tem outro objetivo senão continuar, seguir em frente. Mas para fazê-lo, sua ação deve estar acoplada de modo próximo e retido com sua percepção. [...] você tem que prestar atenção onde pisa, e também ouvir e sentir. (INGOLD, 2015, p. 27).

Durante esses dias, apesar de não ter iniciado nenhuma entrevista, ocorreram interações de diversas maneiras com alguns habitantes e turistas que encontravam-se na praia. No primeiro dia de acampamento, por exemplo, ao anoitecer fui convidado para a festa de aniversário de um habitante da Praia, o Cravo. O evento foi realizado em uma parte do que restou de sua residência, sobre a qual havia sido demolida meses antes. Durante a festa, pude conhecer alguns habitantes, apresentar-me e falar sobre minha intenção de realizar uma pesquisa no local. Aqueles que souberam, propuseram-se a colaborar dentro de suas possibilidades.

Silva (2009, p. 178), aponta que “andar pelo espaço delimitado no qual a pesquisa transcorre permite que o etnógrafo se situe, isto é, adquire naquele contexto um lugar e uma identidade”. A interação, neste caso, ocorreu através da participação nos rituais, como a festa de aniversário, e nas conversas tidas ao longo dos três dias em campo. Assim, passei a ficar mais conhecido entre alguns habitantes da praia, facilitando, futuramente, o contato com outros interlocutores desta pesquisa.

Em março do mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou pandemia mundial pelo Coronavírus (COVID-19). Naquele momento, eu já havia retornado para Pelotas, para o início de mais um semestre letivo da universidade. Com a propagação do vírus cada vez mais intensa e a consequente imprevisão de



retorno às aulas presenciais, optei por retornar à Florianópolis, em setembro daquele ano, e dar continuidade à pesquisa dentro das possibilidades do momento.

Sabendo, através do perfil S.O.S Naufragados, que a comunidade da Praia de Naufragados recomendava a não-visitação da praia em razão da pandemia e, respeitando às medidas de segurança contra a propagação do vírus, passei dar continuidade a pesquisa a partir de buscas realizadas na internet sobre informações à respeito da Praia de Naufragados. Desse modo, realizei um levantamento bibliográfico de outras pesquisas acadêmicas realizadas na praia, mas também de mídias, como reportagens e matérias jornalísticas, e documentações referente à legislações sobre o PEST e APA do Entorno Costeiro, como decretos, leis estaduais, portarias e demais informações que me levaram a compreender o histórico de conflito ambiental na Praia de Naufragados.

Neste contexto, a leitura da dissertação de Geórgia Reis (2011), que abordou o conflito ambiental e seus impactos na relação entre os habitantes e o ambiente natural, durante os anos de 1999 a 2009; e, a dissertação de Delma Morari (2010), que buscou identificar os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente na transformação e degradação da paisagem da Praia de Naufragados; foram fundamentais para que eu pudesse acessar e compreender outras questões que estavam para além dos dados empíricos obtidos até aquele momento.

Em fevereiro de 2021, após a reabertura da comunidade ao turismo, divulgada no perfil do *Instagram* S.O.S Naufragados, retornei à praia seguindo as recomendações de prevenção ao vírus, pela OMS<sup>11</sup>, utilizando máscara, álcool gel e mantendo distanciamento social. Na ocasião, realizei uma entrevista com dois habitantes da praia, Dona Glória e Seu Valdir. A entrevista semi-estruturada foi realizada na faixa de areia da praia, em ambiente totalmente aberto, onde buscou-se compreender a história de vida dos interlocutores, suas trajetórias de vida em relação à praia e quais suas ocupações diárias, evidenciando-se o papel social desempenhado por ambos, na comunidade. Como instrumento metodológico, foi utilizado gravador de voz – com consentimento dos entrevistados – e caderno de campo. Após finalizar nossa conversa, Dona Glória sugeriu que eu conversasse com Mazinho, ex-presidente da AMOPRAN, me passando, assim, seu número para que eu pudesse contatá-lo.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://sbpt.org.br/porta/covid-19-oms/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

No momento de transcrever as entrevistas, notei que as gravações estavam com má qualidade em razão do forte vento que atingia a praia naquele momento, fato que me fez perder alguns dados da entrevista, principalmente a de Seu Valdir. Apesar disso, foi realizada a transcrição das informações que foram possíveis de entender. Após a finalização deste processo, entrei em contato com Mazinho via *WhatsApp*, em abril daquele ano e, rapidamente, marcamos uma conversa online, que ocorreu no dia seguinte, na plataforma digital *Google Meet*. Na ocasião, foi realizada uma entrevista semi-estruturada, utilizando gravador de voz e caderno de campo, com a devida autorização do interlocutor.

Mazinho é nativo da Praia de Naufragados, onde viveu até seus treze anos de idade. Atualmente, reside no bairro vizinho, Caieira da Barra do Sul, mas, como afirmou, frequenta a praia sempre que possível, dispondo, inclusive, de uma residência junto com seus irmãos, no local onde antes era o engenho de farinha de seu pai. Mazinho é tio de Kayo, portanto, membro da família Espírito Santo, além disso foi presidente e vice-presidente da AMOPRAN durante alguns anos. Levando essas questões em consideração, busquei direcionar minhas perguntas para compreender a organização sociocultural e econômica da comunidade durante a década de 1970 até os dias atuais, tendo em vista que antes da praia ter sido anexada ao PEST, as principais atividades de subsistência desempenhadas pelos habitantes da comunidade estavam em torno das lavouras, engenhos de farinha e pesca. Além disso, Mazinho trouxe algumas questões relacionadas a sua infância, a história de seus antepassados que viveram na praia ao longo do século 19 e 20 e as ações políticas da AMOPRAN desde sua origem.

A conversa teve duração de aproximadamente duas horas e meia e, ao finalizarmos, Mazinho se disponibilizou a conversar comigo pessoalmente em minha próxima visita à praia, pois assim poderia me apresentar para alguns habitantes de Naufragados. O encontro com Mazinho, além de tudo, foi de fundamental importância para que eu pudesse sanar algumas dúvidas que até aquele momento se faziam presentes, pois, sabendo de sua trajetória política na comunidade, não me restavam dúvidas sobre seu comprometimento em levar a história de Naufragados adiante, fazendo chegar ao conhecimento do máximo de pessoa, como o próprio relatou em nossa conversa.

Segundo Ferraz e Alves (2017), expandir o método antropológico para novas práticas online reatualiza a etnografia, abrindo-a para uma série de possibilidades.

Assim, a utilização de ferramentas de pesquisas online, como aplicativos, sites e plataformas de bate-papo e videoconferências, mostraram-se bastante eficientes durante a pandemia, evitando, em muitos casos, a suspensão de pesquisas e o distanciamento de pesquisadores com seus interlocutores e interlocutoras, em virtude da impossibilidade de estar presente em seus sítios de pesquisa. Do mesmo modo, através dos dispositivos de pesquisa online, pude entrar em contato com Rama, antes mesmo da pandemia, e me inserir em campo de maneira mais consolidada, além de ter tido a possibilidade de conhecer e realizar uma entrevista com Mazinho em um momento de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Em abril de 2021, as aulas da UFPel encontravam-se em formato remoto, desse modo, retornei para São Paulo/SP, minha cidade natal, onde produzi, a partir dos dados obtidos até aquele momento, um projeto de pesquisa de Conclusão de Curso, sob orientação da Professora Doutora Flávia Rieth, para a disciplina de TCC I. O projeto, intitulado “Conflito socioambiental na Praia de Naufragados, Florianópolis-SC: uma abordagem antropológica”, entregue em julho de 2021, buscou contextualizar o conflito ambiental e demonstrar quais ações foram tomadas pelos habitantes da Praia de Naufragados para permanecerem no local.

No mês seguinte, foi realizada uma pré-banca com a presença da orientadora do trabalho, do Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e do Me. Vagner Barreto Rodrigues, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que apontaram algumas questões a serem corrigidas, sugestões de referências bibliográficas e reflexões de possíveis abordagens que poderiam ser exploradas no TCC.

Mais tarde, no segundo semestre letivo da UFPel, tive a oportunidade de reescrever o projeto de pesquisa, enquanto avaliação final da disciplina de Pesquisa Etnográfica, onde busquei repensar e desenvolver os pontos sugeridos pela pré-banca, além de utilizar referências teóricas da disciplina, que me auxiliaram a aprofundar algumas questões metodológicas em meu trabalho e, futuramente, desenvolvê-las em campo. Desse modo, se o primeiro momento da pesquisa foi caracterizado, principalmente, pela coleta de dados para compreender a organização sociocultural da comunidade de maneira mais clara e assim construir o objeto de pesquisa: compreender o conflito ambiental a partir da perspectiva da comunidade. O segundo momento, portanto, foi destinado a passar mais tempo em

campo, conhecendo, convivendo e observando de maneira mais profunda o modo de vida dos habitantes da Praia de Naufragados, uma vez que minha disponibilidade de tempo para realizar tal atividade fazia-se maior.

A partir da entrevista com Mazinho, pude compreender a pesca da tainha enquanto uma atividade fundamental na dinâmica na comunidade, ao tratar-se de uma atividade tradicional que ocorre todos os anos em Naufragados, reunindo diversos pescadores antigos, indicando, inclusive, um dos principais fatores que levaram algumas pessoas a residir na praia.

Ao retornar para Florianópolis, em março de 2022, voltei a residir com minha tia, fato que contribuiu significativamente para o desenvolvimento desta pesquisa, não só pela facilidade de ter um lugar para residir na cidade e um familiar por perto, mas, também, pela proximidade de sua residência até o ponto inicial da trilha que leva à Praia de Naufragados, marcado por uma distância de aproximadamente oito quilômetros e cerca de quinze minutos através do transporte público.

Passado alguns dias desde meu retorno, entrei em contato com Mazinho informando que havia retornado à cidade e se havia a possibilidade de realizarmos um encontro na praia, pois além de conhecê-lo pessoalmente, entendia que o mesmo poderia facilitar meu contato com outros habitantes. Rapidamente, Mazinho respondeu minha mensagem através de um convite para participar do evento da Bandeira do Divino do Espírito Santo, que ocorreria no próximo sábado, pedindo que levasse apenas uma barraca de *camping* para passar o final de semana, pois as atividades seriam realizadas durante todo o dia e acabariam somente tarde da noite. Sem hesitar, aceitei o convite e aguardei ansiosamente pela data.

No dia do evento, preparei meus acessórios de *camping* - barraca, isolante térmico, colchonete, saco de dormir e lanterna -, além de alguns alimentos, caderno de campo e algumas poucas roupas. Ao iniciar a trilha, como há uma longa subida até seu ponto mais alto, encontrei um pouco de dificuldade pelo peso que carregava, desse modo, resolvi realizar algumas paradas por poucos minutos para recarregar o fôlego e então prosseguir. Este fato me fez pensar na dificuldade que seria realizar a trilha com os acessórios de *camping* todas as vezes que desejasse passar mais de um dia no local. Entretanto, busquei dispensar tal pensamento naquele momento, voltando minha atenção aos detalhes que encontrava ao longo do caminho.

Após chegar na praia, montar a barraca e organizar meu apetrechos, segui com o caderno de campo e celular em busca dos participantes do evento. Ao buscar

informação de onde encontrá-los, cheguei à residência onde o grupo almoçava. Ao passar pelo portão que se encontrava aberto, pude observar a presença de Dona Lindaura e Dona Glória em meio à grande quantidade de pessoas. Logo, fiquei menos apreensivo, pelo fato de já conhecê-las. Entretanto, não pude deixar de notar os diversos olhares curiosos voltados para minha pessoa e, antes de ser tomado por qualquer sentimento de timidez e/ou ansiedade, Mazinho me avistou e logo caminhou ao meu encontro.

Depois de uma longa conversa, Mazinho retornou às suas atividades para dar continuidade ao evento, salientando que ficasse à vontade enquanto a procissão não fosse reiniciada. Desse modo, como Lindaura estava próxima, sentei ao seu lado, no gramado da residência e logo iniciamos uma conversa. Após alguns minutos ali, notei que Lindaura estava fazendo questão de trazer alguns dados importantes para a pesquisa, referentes à sua relação com a Praia de Naufragados, que teve início ainda em sua infância. Assim, pedi permissão para que aquela conversa fosse gravada, assim, sendo, em seguida.

Enquanto conversávamos, um senhor que estava em pé ao meu lado entrou na conversa, auxiliando Dona Lindaura a recordar-se de alguns fatos. Logo, soube que tratava-se de seu esposo, Seu João. Desse modo, reajuste a maneira sobre a qual estava sentado, sinalizando corporalmente para Seu João que eu estava interessado em sua conversa. Em poucos minutos, Seu João encontrava-se totalmente imerso no assunto, contando, inclusive, sobre sua história em relação a Praia de Naufragados - que também teve início em sua infância -, além de relembrar de outros fatos referentes ao conflito ambiental, que custou a demolição da residência do casal.

Após reiniciar a procissão, caminhamos até o local onde era antes a residência de Dona Lindaura e Seu João, sobre a qual restou apenas o piso. Ali, o grupo encarregado de tocar e cantar ficou sobre o piso, no centro do espaço, enquanto o restante dos participantes do evento presenciavam ao redor do grupo. Os instrumentos consistiam em dois violões, um tambor e um cavaquinho. O canto, como afirmou Mazinho, é improvisado conforme o local e sua representação simbólica. Assim, durante todo o percurso e suas paradas, um homem era encarregado de cantar e uma mulher de repetir suas palavras de maneira melódica e alta. Em seguida, caminhamos até a Casa dos Pescadores e a Capela, onde o



mesmo processo foi repetido, com músicas improvisadas que traziam em suas letras apontamentos a respeito da representação de cada um dos espaços.

Figura 4 - Procissão da Bandeira do Divino e lugares simbólicos



Fonte: acervo do autor

De acordo com Oliveira (2000), olhar e ouvir constituem-se como atos cognitivos preliminares na realização de uma etnografia. Assim, ao acompanhar atentamente o evento da bandeira do divino e todos os outros que eventos que sucederam-se, busquei registrar em meu caderno e diário de campo com o máximo de detalhes para, futuramente, realizar o que o autor compreende como a segunda parte do trabalho de campo: o ato de escrever - em gabinete. Este, portanto, é o momento em que os dados observados são interpretados e convertidos a partir dos conceitos e teorias da disciplina, formando, assim, uma relação dialética entre o primeiro e segundo momento do trabalho de campo, dando forma ao resultado final da pesquisa.

Ao finalizar esta etapa do evento, alguns participantes dirigiram-se para a residência de Mazinho e de seus irmãos, localizada no mesmo terreno onde um dia foi o engenho de farinha da família. Ao chegar no local, fui apresentado ao primo de Mazinho, que compartilhou algumas de suas histórias de vida comigo. Em certo momento, alguém falou em voz alta que eu estava ali produzindo uma pesquisa e, então, um rapaz que estava sentado próximo afirmou em tom de descontentamento que não conversaria e não responderia nenhuma pergunta, pois temia ser prejudicado a partir de suas respostas, seguido por um silêncio constrangedor. Rapidamente, Mazinho convidou-me para entrar em sua residência, onde passamos cerca de duas horas conversando sobre diversos assuntos junto com sua irmã. A conversa não foi gravada. Como haviam muitos assuntos a serem discutidos, optei em não realizar nenhuma anotação no caderno de campo naquele momento, para não causar interrupção e desvio de atenção sobre o que era dito.

Na conversa, Mazinho me explicou diversas questões a respeito das UCs presentes na praia. Perguntei sobre o relatório executivo realizado pela STCP Engenharia de Projetos Ltda<sup>12</sup> sobre a redefinição e recategorização do PEST. Mazinho me explicou que naquele momento, em meados de 2007, havia uma pressão muito grande de empresários que queriam transformar o PEST em APA do Entorno Costeiro, pelo fato de tal categoria flexibilizar a especulação imobiliária dentro do território, fato que, supostamente, poderia atender a interesses de empresários. Por outro lado, a redefinição poderia ser um passo na luta da comunidade frente ao conflito, uma vez que a categoria permite a ocupação humana para fins de habitação dentro do território delimitado. Conversamos também a respeito das ações e presidências da AMOPRAN ao longo dos anos até os dias atuais; mas, também, sobre a água que consomem e o sistema de esgoto das residências da comunidade; e, a organização política da comunidade entre outros assuntos.

Após finalizarmos nossa conversa, retornei para a barraca onde realizei anotações no diário de campo sobre as atividades e conversas que tive ao longo do dia. No início da noite, segui para a Capela, onde iria ocorrer a novena, última atividade do dia. Ao chegar no local, avistei Seu Valdir que encontrava-se próximo

---

<sup>12</sup>

Disponível em:  
<https://ima.sc.gov.br/index.php/downloads/ecossistemas/unidades-de-conservacao/parque-estadual-da-serra-do-tabuleiro/2496-sumario-executivo/file>. Acesso em: 26 out. 2022.

de onde eu estava, entretanto, por não querer interromper sua concentração, aguardei um momento adequado para cumprimentá-lo. No momento de minha chegada, o evento havia iniciado e o irmão mais velho de Mazinho estava discursando a respeito de uma série de documentações que vem levantando a respeito da história da Praia de Naufragados. Em seguida, seu irmão mais novo, Ademar, assumiu a palavra, chamando seu filho e sobrinho para homenageá-los, passando o posto de liderança da Bandeira do Divino para seu sobrinho e a função de braço direito para seu filho e, emocionado, enfatizou a importância das gerações mais novas estarem dando continuidade à tradição da comunidade. Após a conclusão de sua fala, iniciou-se a reza da novena e, por fim, um leilão de pães em diversos formatos, simbolizando as promessas realizadas por aqueles que estavam no local.

Durante o leilão, como o ambiente estava descontraído, com diversas conversas paralelas, julguei ser o melhor momento para estabelecer contato com Seu Valdir. De início, o mesmo não recordou-se de mim, mas após lembrá-lo da entrevista realizada no ano anterior, recordou-se de imediato. Conversamos durante alguns minutos até que fui convidado para tomar café da manhã em sua residência, no dia seguinte.

Ao fim da novena, fui convidado para jantar na residência de Mazinho, onde conheci Mauro, estudante de graduação em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e servidor público do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), ao qual pude conversar durante algum tempo na companhia de Mazinho, sob um viés mais político a respeito do conflito.

Devo salientar que, em diversos momentos das conversas que tive com Mazinho, o mesmo ressaltou e alertou-me sobre a importância da presente pesquisa para a comunidade, desejando que eu não desaparecesse após finalizá-la e que tivesse comprometimento com a luta dos habitantes, podendo, inclusive, participar de futuras discussões em eventos jurídicos em favor da comunidade. Desse modo, deixei claro minha postura de pesquisador e meu comprometimento ético de acordo com o que prevê a Antropologia para com seus/suas interlocutores. Entretanto, devo dizer que, apesar disso, tomei o devido cuidado em não ultrapassar o limite de realizar a pesquisa apenas por uma motivação política, em me aproximar demasiadamente, deixando de lado a principal característica do fazer etnográfico,



“que é o estranhamento como forma de compreender o outro” (CARDOSO, 2004, p. 100).

O fato de ter conhecido Mazinho, ter me aproximado ao longo da pesquisa e ser visto ao seu lado por outros habitantes, facilitou que mais tarde eu pudesse estabelecer contato com outros interlocutores, tendo em vista a influência que o mesmo tem na comunidade, tanto por ser um nativo da praia, quanto por ter sido vice-presidente e presidente da AMOPRAN durante anos, estando à frente das ações política desempenhada pela Associação.

No dia seguinte do evento, fui até a residência de Seu Valdir, como havíamos combinado no dia anterior. Após finalizarmos a refeição acompanhada de uma longa conversa, foi realizada uma entrevista de aproximadamente quarenta minutos, utilizando gravador de voz com sua permissão, onde busquei compreender as algumas questões que não ficaram claras na entrevista realizada em 2021, em decorrência do vento. Além disso, busquei compreender, também, outras questões que não apresentaram-se na ocasião da primeira entrevista.

Após finalizar a entrevista, Seu Valdir apresentou alguns espaços de sua residência, como as árvores frutíferas plantadas por ele no entorno de sua residência e na área destinada à *camping*, recuperando boa parte do que havia sido desmatado em outras ocupações da praia. Por fim, expliquei sobre minha intenção de acompanhar a pesca da tainha, principalmente durante o mês de maio, assim, rapidamente fui convidado a ficar em seu *camping* o tempo que fosse necessário para realizar o trabalho de campo, sem que precisasse pagar pelas diárias, sendo necessário, apenas, auxiliar Seu Valdir em algumas atividades a qual, por ocasião, me convidaria. Desse modo, deixei meus acessórios de *camping* em sua residência até meu próximo retorno, que seria no início da safra da tainha.

No dia nove de maio, retornei para a praia com uma mochila cargueira, dispondo de roupas para as mais diversas variações climáticas, mantimentos e objetos básicos de cozinha e higiene. Na ocasião, estava destinado a ficar acampado na praia durante alguns dias, retornando para a cidade apenas quando fosse necessário comprar mais mantimentos, realizar atividades e participar de reuniões online do projeto de pesquisa sobre o qual era bolsista<sup>13</sup>. Assim, ao chegar

---

<sup>13</sup> A seguir, explicarei detalhadamente sobre o projeto de pesquisa e as experiências obtidas durante o período de vigência da bolsa, que foram fundamentais para a produção desta pesquisa.

na residência de Seu Valdir, conversamos por um momento para acertar algumas questões referentes à minha estadia em seu *camping*.

Após receber algumas sugestões, segui até a área em busca de um local para me estabelecer. Na escolha do espaço, levei em consideração um lugar que fosse próximo à pia e a cabine com chuveiro, onde há água potável disponível para beber, lavar louças e tomar banho; um local alto, com chão plano e sem pedras, pensando em um conforto maior; abaixo de árvores, para suas copas proteger a barraca do sol e da chuva; e, que fosse protegido por mato em suas laterais, em razão dos fortes ventos advindos do oceano.

Além dos materiais em que para ficar melhor acomodado, pude encontrar outros espalhados pelo *camping*, deixados propositalmente por Seu Valdir destinado aos seus hóspedes, como grelhas, tijolos para estruturar a fogueira e protegê-la do vento, um pedaço de isopor utilizado como assento, impedindo que a umidade do solo passasse para o meu corpo em noites frias, a estrutura externa do que restou de um fogão, o qual foi utilizado para proteger os gravetos e galhos do sereno e da chuva, e uma garrafa de vidro, utilizada de base para apoiar as velas que iluminavam as noites, conforme demonstra a imagem a seguir.

Figura 5 - Local de acampamento



Fonte: Acervo do autor.

No dia seguinte à minha chegada, deparei com o primeiro problema que enfrentaria em campo: a dificuldade em carregar a bateria do celular em dias nublados. Ao me encontrar com Seu Valdir pela manhã, comentei sobre tal situação e logo fui alertado sobre a impossibilidade de utilizar a energia de sua residência em dias nublados, uma vez que a pouca energia gerada em sua placa solar é destinada, prioritariamente, para o funcionamento de seus aparelhos domésticos. Por outro lado, esclareceu que em dias ensolarados não haveria este tipo de problema, bastando, apenas, ter o carregador do aparelho compatível com a tomada de sua residência. Dessa forma, sugeri que se fosse necessário, eu poderia ir até o *camping* de um habitante da comunidade, que cobra cinco reais para dar uma carga completa na bateria do celular.

Como naquela época do ano fazia frio e os dias, em sua maioria, eram nublados, quando não, chuvosos, passei a reconsiderar o fato de passar dias seguidos acampado na praia sem retornar a cidade, pois além da impossibilidade de contatar minha família para dar notícias e manter contato com o grupo do projeto de

pesquisa, o celular enquanto instrumento metodológico era indispensável para realizar algumas atividades de campo sobre as quais me propus, como gravar entrevistas, realizar registros fotográficos e gravações de vídeos, realizar pesquisas rápidas na internet e armazenar outros dados.

Neste contexto, julguei que o melhor a se fazer seria realizar visitas à praia pelas manhãs e retornar para a cidade nos fins de tarde, com duas, três, ou mais visitas semanais. Dessa maneira, mantive minha barraca no mesmo local, junto com todos os meus pertences, pois assim, poderia recorrer enquanto permanecia na praia. Desse modo, então, a pesquisa foi conduzida neste contexto, com um total de cinco noites acampado e diversas visitas realizadas à Praia de Naufragados, do dia 09 de maio a 14 de junho.

Nos dias que se seguiram, busquei iniciar uma interação com os pescadores de tainha, a fim de conhecer suas trajetórias em relação à pesca na Praia de Naufragados; como, quando e com quem aprenderam a praticá-la; quais as funções que desempenham na pesca; como organizam-se durante o período da pesca, tanto no momento de trabalho quanto de descanso – uma vez que a maioria dos pescadores passam a residir na praia durante o período da safra, retornando à suas residências apenas em dias em que o vento torna tal atividade impraticável –; e, por fim, quais as principais motivações para estarem assumindo tal compromisso, tendo em vista todo o desgaste físico e emocional que tal prática envolve, como relatado por grande parte dos pescadores com os quais conversei.

Além disso, enquanto estratégia de coleta de dados, busquei conhecer, também, parte dos/das habitantes considerados os mais antigos da praia, levando em consideração, principalmente, suas falas a respeito de fatos históricos, as quais tiveram grande contribuição para com os resultados desta pesquisa. Muitos, foram indicados por outras pessoas com as quais eu já havia conversado e, em algum momento, souberam de minha pesquisa, outros, pude ter a oportunidade de conhecer em determinadas ocasiões. Além de outras questões, busquei entender em qual período mudarem-se para a praia; o que os levou a residir no local; se praticam alguma atividade voltada ao turismo, com fins econômicos ou não; quais as situações legais e jurídicas de suas residências; se são associados da AMOPRAN; e, se em algum momento já foram impactados direta e individualmente em decorrência do conflito.

As conversas que se sucederam a partir de tais indagações, tanto com os pescadores quanto com os habitantes, foram obtidas através de conversas e entrevistas informais, sem a utilização de gravador de voz e, em algumas exceções, sem realizar anotações no caderno de campo durante a conversa, por não achar conveniente no momento, fazendo uso apenas da memória e breves anotações ao final das conversas que, em seguida, auxiliaram-me a lembrar o que foi conversado. Contudo, todas as pessoas com as quais conversei souberam, de antemão, o papel que eu estava desempenhando na praia e, assim, me deram permissão para utilizar tais informações em minha pesquisa.

Entretanto, não foram todas as pessoas que se dispuseram a iniciar um diálogo, tanto em momentos em que anunciei ser um pesquisador, quanto em momentos em que eu buscava uma interação mais espontânea e natural, sem expectativas de obter qualquer tipo de informação. Nestas ocasiões, apesar de sentir certo constrangimento por ser ignorado, busquei compreender as razões de tais atitudes, levando em consideração o contexto político em que estão inseridos, além de ter presenciado em alguns momentos e ser informado por algumas pessoas sobre a postura de desconfiança de certos habitantes e pescadores de tainha. Mas, de modo geral, ao longo da pesquisa pude me sentir bem recebido pelos habitantes da praia, apesar do contexto delicado influenciado pelo conflito.

O evento que melhor narra este fato é o momento em que pude conhecer Seu Andrino e Dona Nieta, o casal apontado como os primeiros a chegarem na Praia de Naufragados, no que diz respeito à comunidade atual. Diversas pessoas com as quais eu conversei ao longo da pesquisa sugeriram que eu conversasse com Seu Andrino, indicando, apenas, que eu tomasse certo cuidado, pois, apesar de ser uma pessoa simpática, alegre e um ótimo contador de histórias, muitas vezes é possível encontrá-lo irritado e quieto. Até aquele momento, ainda não havia tido nenhuma oportunidade de encontrá-lo, até que, certo dia, Rama divulgou em seu perfil no *Instagram* um vídeo apresentando o restaurante do casal, foi neste momento que me encorajei a tentar, inicialmente, uma conversa e em seguida, se fosse possível, uma entrevista.

Ao entrar em seu restaurante e encontrá-lo atrás do balcão, o cumprimentei apertando sua mão, com palavras e gestos simpáticos. Logo em seguida, comentei sobre ter visto o vídeo feito por Rama sobre seu restaurante. Seu Andrino, demonstrou-se bastante animado, com sorriso no rosto e aparentemente feliz com a

notícia, porém, ao me apresentar como pesquisador, vi a expressão de felicidade em seu rosto sendo rapidamente substituída por uma de descontentamento, seguida das palavras: “com pesquisador eu não falo”. Nesse momento, falei sobre compreender seu posicionamento e, em uma última tentativa, disse que compraria um pastel. Assim, pude perceber que o diálogo que estava quase por se encerrar, foi retomado, quando comentei estar acampado no *camping* de Seu Valdir, e que já fazia alguns dias que eu estava na praia e permaneceria por um tempo e, nesse sentido, caso se sentisse confortável para conversar em algum momento, estaria à sua disposição. Seu Andrino reforçou que informações sobre a comunidade ele não daria e, antes de finalizar a frase, caminhou para uma parede com diversos retratos, onde me chamou para acompanhá-lo. Ali, o mesmo começou a contar a história de algumas pessoas que estavam nas fotografias.

Enquanto me mantinha atento à sua explicação, Seu Andrino, após sua fala, propôs que eu arrumasse sua televisão, e em troca eu ganharia o pastel que havia pedido. Sem hesitar, disse que poderia tentar consertar. Logo, o segui até a cozinha de sua residência, cujo acesso se faz pelo restaurante. Lá estava Dona Nieta, sua esposa, preparando o almoço do casal. Após cumprimentá-la de longe, Seu Andrino comentou que eles estavam há dois dias sem conseguir ver a novela e o telejornal, pois no final de semana havia realizado uma festa de aniversário em sua residência, onde a televisão foi utilizada para tocar as músicas da festa. Enquanto eu alternava a configuração de canal da televisão, Seu Andrino já estava fritando o pastel. Em poucos minutos resolvi o problema e, neste momento, Seu Andrino mudou novamente seu semblante, ao perguntar meu nome e pedir que eu sentasse na mesa para almoçar com eles.

Enquanto fritava o pastel e a tainha, que havia comprado da pesca realizada no dia anterior, Seu Andrino começou a contar diversas histórias a respeito da Praia de Naufragados, começando pelo evento que deu origem ao nome da praia. Enquanto falava, em diversos momentos colocou em meu prato pedaços de peixe frito e, após finalizar a preparação do pastel e do almoço, ambos sentaram-se na mesa junto comigo. Neste momento, Seu Andrino sugeriu que eu pegasse meu caderno de campo para anotar o que ele e Dona Nieta estavam falando e, ali, passamos cerca de 40 minutos conversando sobre os mais diversos assuntos. Assim, a partir do momento em que configurei sua televisão, Seu Andrino se manteve simpático e disposto a responder minhas perguntas.



Neste sentido, ser visto ao lado de certos interlocutores ao longo da pesquisa, especialmente de Mazinho e Seu Valdir, facilitou minha aproximação com certos habitantes da Praia de Naufragados, ao passar um grau de confiança maior naqueles que busquei iniciar uma conversa ou entrevista. A conversa com Seu Andrino, por exemplo, foi possível ser aprofundada apenas quando comentei estar acampado há alguns dias no *camping* de Seu Valdir, pois foi a partir desta informação que Seu Andrino passou a reconsiderar sua decisão anterior, ao mostrar os retratos pendurados na parede de seu restaurante e em seguida convidando para entrar em sua residência e consertar sua televisão.

Figura 6 - Restaurante de Seu Andrino e Dona Nieta



Fonte: Acervo do autor

Por outro lado, como os pescadores de tainha ainda não encontravam-se na praia durante o evento da Bandeira do Divino e, portanto, ainda não haviam me visto ao lado de algum habitante, Dona Lindaura foi fundamental enquanto indivíduo-chave (FOOTE-WHYTE, 2005) para que pudesse ocorrer minha inserção entre o grupo, após ter sido ignorado por um pescador em minha primeira tentativa de estabelecer contato.

Na segunda tentativa, porém, ao perceber que Dona Lindaura encontrava-se ao lado de Seu João e, aproximadamente, outros 15 pescadores, no local onde costumeiramente aguardam a sinalização correspondente ao cardume de tainhas, me aproximei e sem saber exatamente a quem dirigir minha fala, iniciei uma apresentação voltada para todas as pessoas que ali se encontravam. Em poucos segundos de profundo silêncio, diversas perguntas começaram a surgir ao mesmo tempo, e sem saber exatamente a quem responder, Dona Lindaura tomou a fala, ao dizer que eu estava realizando uma pesquisa na praia, que já me conhecia e, inclusive, havia sido entrevistada em outra ocasião. Assim, um dos pescadores sugeriu para outro, referido como um dos mais antigos pescadores de tainha da Praia de Naufragados, que conversasse comigo após finalizar seu jogo de dominó, mas enquanto não terminava, eu poderia conversar com outros dois que se encontravam um pouco mais afastados do grupo.

Desta maneira ocorreu minha inserção entre os pescadores de tainha. Ao longo dos dias que se passaram, tive a oportunidade de conversar com diversos pescadores e, também, participar de uma pesca da tainha, fato que me fez ter uma compreensão ainda maior da relação indissociável entre a pesca da tainha com a comunidade da Praia de Naufragados, fato que, mais tarde, a partir dos dados obtidos em campo, foram fundamentais para dar mais volume e substância no objeto de estudo e assim, chegar aos resultados parciais do presente trabalho.

Além de ter destinado o segundo momento desta pesquisa para conhecer outras pessoas e acompanhar alguns eventos ocorridos na praia, procurei realizar diversas caminhadas pelas trilhas, buscando conhecer lugares e trajetos que até aquele momento ainda não havia conhecido. Desse modo, realizei quase todos – senão todos – os trajetos demarcados por trilha dentro das matas da Praia de Naufragados. Nessas caminhadas, em muitas ocasiões eu sabia de antemão os destinos de cada caminho que me propunha a percorrer, em razão das placas de sinalização. Em outras ocasiões, onde não havia placas indicando outros caminhos,



bastava encontrar um chão de terra batida em meio à vegetação, com uma largura considerável para saber que se tratava de um caminho pouco usado e, somente percorrendo-o saberia-se o destino final.

Através das caminhadas, pude conhecer de perto a Casa do Exército, os Canhões e o Farol de Naufragados, além de conhecer lugares que me fizeram enxergar a Praia de Naufragados por outro ângulo. Além disso, devo dizer que, a todo momento, me mantive com atenção redobrada, tanto pela possibilidade de cruzar com algum animal indesejado pelo caminho, quanto pelo fato de praticar a observação dos caminhos em que estava percorrendo.

Durante os momentos que estive em campo, mas, especialmente, no segundo momento da pesquisa, foram produzidas diversas fotografias com o intuito de alcançar narrativas visuais dos mais diversos ambientes da Praia de Naufragados e dos rituais presenciados em campo, como a pesca da tainha e a Bandeira do Divino. Assim, utilizando os mesmos critérios das anotações realizadas em caderno de campo, a partir da observação atenta e do olhar sensível, busquei fotografar elementos que, muitas vezes, a escrita não daria conta de expressar a riqueza dos detalhes com o mesmo potencial das imagens produzidas a partir das fotografias. De acordo com Novaes (2014), a fotografia, tal como a narrativa, não tem o papel de explicar os fatos, mas aclarar através do olhar sensível de quem realiza o registro. Samain aponta que

Entre a escrita e a visualidade, existem laços de cumplicidade necessários. Uma e outra, à sua maneira e com sua singularidade (ora enunciativa, ora ilustrativa, ora despertador), se contemplam. A escrita indica e define o que ela é incapaz de mostrar. A fotografia mostra o que ela é incapaz de enunciar claramente. (SAMAIN, 2000, p. 82)

Assim, na tentativa de trazer a este trabalho algumas fotografias que pudessem dar ao leitor uma compreensão maior a respeito do campo de pesquisa e dos eventos e fatos aqui expostos, busquei seguir as técnicas de Margaret Mead e Gregory Bateson (1942), a partir do texto de Samain (2000), cuja leitura foi de fundamental importância no que diz respeito à seleção das imagens, mas também sobre como estruturá-las ao longo do texto, compatibilizando-as com as discussões desenvolvidas na escrita. Desse modo, foram contabilizadas cerca de 570 fotografias registradas em campo ao longo da pesquisa. Pela quantidade de fotografias e a dificuldade em selecionar as que melhor pudessem se encaixar no

texto, foram realizadas duas seleções, resultando, assim, naquelas que se encontram neste trabalho.

Por fim, destaco aqui, a importância das experiências obtidas enquanto bolsista - PBIP-AE/UFPel (2020-2021) e PBIP-AF/UFPel (2021-2022), no Projeto de Pesquisa “Inventário Nacional de Referências Culturais: Lida Campeira nos Campos Dobrados do Alto Camaquã”<sup>14</sup>, coordenado pela Profª Drª Flávia Rieth – para o desenvolvimento desta pesquisa. O Inventário Nacional de Referências Culturais trata-se de uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cujo objetivo é identificar, documentar e produzir conhecimento sobre bens culturais representativos para determinados grupos sociais. Dessa maneira, desde 2010, a equipe INRC Lida Campeira acompanha e registra as referências culturais de pecuaristas familiares, quilombolas e indígenas da região do Alto Camaquã, sobre o saber-fazer campeiro a partir de uma das regiões considerada mais conservada do Bioma Pampa, do Rio Grande do Sul.

Enquanto bolsista do projeto, tive a experiência de realizar e participar de entrevistas em formato online com os interlocutores da pesquisa, além de participar de reuniões semanais com a equipe para discutir questões teórica, metodológicas e ações de salvaguarda, bem como a participação em atividades que resultaram em um relatório<sup>15</sup> com três volumes e um anexo composto por fichas de identificação do sítio, identificação de ofícios e modos de fazer, contatos, questionários, registros audiovisuais e de bibliografia, onde foi registrado o modo de vida campeiro de pecuaristas familiares, quilombolas e indígenas na região do Alto Camaquã. Portanto, as discussões desenvolvidas pela equipe concentraram-se em temas como conflitos ambientais, populações tradicionais e patrimônio cultural. Assim, pude adquirir aportes técnicos, práticos e teóricos que me auxiliaram para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Segundo Peirano (1995), a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve, ao desafiar conceitos que confrontam a teoria e o senso comum que o pesquisador leva para o campo. Desta maneira, a pesquisa de campo não se resume apenas pela coleta de dados provenientes das observações,

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/lida-campeira-alto-camaqua/relatorio/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

mas de um corpo teórico adquirido a partir de leituras antropológicas e de outras ciências que dialogam com esta, que deverão auxiliar o/a etnógrafo/a a desenvolver a pesquisa.

Dessa maneira, tratando-se de uma questão óbvia e fundamental para a produção de qualquer pesquisa acadêmica, sobretudo àquelas realizadas nas áreas das ciências humanas, devo dizer que o presente trabalho é resultado de diversas leituras realizadas em diferentes disciplinas cursadas ao longo do Bacharelado em Antropologia na UFPel, sobre as quais foram de fundamental importância para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho, apontando para indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em minha formação como Antropólogo.

### 3 NAUFRAGADOS EM PERSPECTIVA: entre história, conflito e paisagem

Figura 7 - Imagem aérea da ponta sul da Ilha de Santa Catarina



Fonte: Imagem retirada do site Guia Floripa<sup>16</sup>

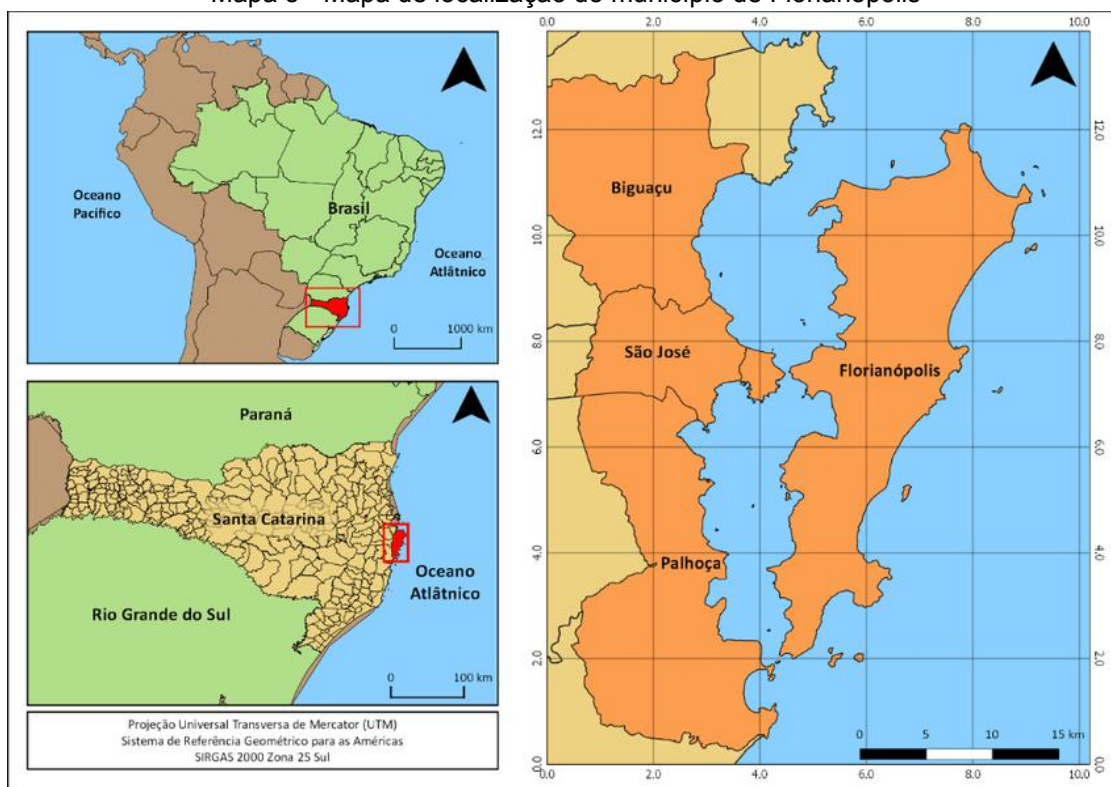
O território que compreende o município de Florianópolis caracteriza-se, em sua maior parte, por uma ilha situada no litoral do estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil. Além da grande área insular, o município abrange parte do continente e conta com cerca de trinta ilhotas, as quais encontram-se nos arredores da Ilha de Santa Catarina. Sua área territorial compreende um total de 674,844km<sup>2</sup>, habitada por cerca de 516.524 pessoas (IBGE 2021)<sup>17</sup>. De norte a sul, em linha reta, a Ilha conta com cerca de cinquenta e quatro quilômetros de comprimento e largura máxima de dezoito quilômetros<sup>18</sup>. Além disso, a Ilha está situada em paralelo com o continente, formando, assim, um estreito canal constituído por enseadas, baías, pontas, ilhas e lagoas, conforme demonstra a figura a seguir.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://florianopol.is/atracoes/sobre-floripa.html>. Acesso em: 26 nov. 2022

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

<sup>18</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - MPF/SC. (2020). Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico - PMISB Produto 2. Diagnóstico da caracterização Física das Unidades Territoriais de Análise e Planejamento. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19\\_07\\_2010\\_17.32.06.d8b34934130a180a109f15ce1ad52eb1.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_07_2010_17.32.06.d8b34934130a180a109f15ce1ad52eb1.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

Mapa 3 - Mapa de localização do município de Florianópolis



Fonte: COSTA. et al. (2020, p. 3)

O Município de Florianópolis é uma das três capitais brasileiras em que parte de seus territórios encontram-se em área insular, sendo as outras Vitória (ES) e São Luís (MA). Assim, existem três pontes que possibilitam o acesso à ilha, sendo elas a Ponte Hercílio Luz, Ponte Colombo Salles e a Ponte Pedro Ivo Campos, descritas, respectivamente, conforme a cronologia de suas construções. O clima da região costeira de Santa Catarina é classificado como subtropical mesotérmico úmido, caracterizado com verões quentes e invernos gelados, apresentando assim, uma média anual de 21°C.<sup>19</sup> Florianópolis está inserida no bioma de Mata Atlântica e, ao longo de seu território, é possível encontrar vegetações litorâneas como restingas, dunas e manguezais, além de florestas ombrófila densa e vegetação secundária.

De acordo com Teresa D. Fossari (2004), pesquisas embasadas em artefatos arqueológicos apontam para a existência de pelo menos três populações pré-coloniais que habitaram a Ilha de Santa Catarina, a partir de 4.500 anos AP<sup>20</sup>,

<sup>19</sup> Ibid., p. 11.

<sup>20</sup> AP significa “antes do presente”, nomenclatura utilizada na arqueologia a qual tem como referência o ano 1950, década em que marcou o descobrimento do Carbono 14, utilizado como técnica de datação de vestígios arqueológicos. Vale destacar que esta técnica está sujeita à margem de erro, portanto, ao dizer que tal evento ocorreu há 4.500 anos AP, deve-se considerar que esta é a datação mais próxima obtida para designar o objeto de estudo.

sendo elas os caçadores e coletores, compreendidos como Sambaqui; grupos de populações Jê, que praticavam a pesca e a caça; e, por fim, os Guarani, agricultores que habitavam a Ilha quando iniciou-se o período de colonização do Brasil. Paulo P. Funari e Noelli F. Silva (2002), consideram duas fases no que diz respeito ao processo de ocupação humana no Brasil a partir do período pré-colonial. Neste sentido, os povos que habitaram a Ilha de Santa Catarina encontram-se na segunda fase, a qual compreende o período de 8-7 mil anos AP até os dias atuais que, conforme apontam, caracteriza-se

[...] pelas grandes expansões dos povos amazônicos, graças aos muitos processos de criação e inovação material ocorrida entre 10 e 5 mil AP e marcada por uma mudança radical na maior parte do território do Brasil. Houve o desenvolvimento da agricultura e das tecnologias materiais (p. ex, a cerâmica) e um crescimento demográfico generalizado. (FUNARI e NOELLI, 2002, p. 69)

Desse modo, seguindo o critério de técnicas de subsistência para compreender os povos que habitaram a Ilha, Fossari (2004) caracteriza os Sambaqui, a primeira população a chegar no local, como caçadores-coletores, os quais viviam da coleta de moluscos, como berbigões, ostras e mexilhões, além da caça de alguns animais como, capivara, porco do mato, tatu, gambá, entre outros. Pode-se considerar que esta população foi uma das primeiras a deter conhecimentos acerca de meios de navegação, maneira sobre a qual, possivelmente, acessaram a Ilha. Os sítios arqueológicos que indicam a presença desses grupos, conhecidos como sambaquis, em Florianópolis, podem ser encontrados em diversos pontos da cidade, os quais caracterizam-se

basicamente por [...] uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 30m de altura [...]. São construídos basicamente com restos faunísticos como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que determinadas áreas dos sítios foram espaços dedicados ao ritual funerário e lá foram sepultados homens, mulheres e crianças de diferentes idades. Contam igualmente com inúmeros artefatos de pedra e osso, marcas de estacas e manchas de fogueiras, que compõem uma intrincada estratigrafia [...]. (GASPAR, 2004, p. 9-10.)

Já os pescadores Jê, não há registros oficiais que apontam a data em que chegaram na Ilha, contudo, foi possível identificar que esses indivíduos ocuparam alguns antigos assentamentos dos Sambaqui, principalmente em lugares próximos do mar, facilitando no desempenho de atividades pesqueiras, sem necessidade de deslocar-se em grandes distâncias - algumas destas áreas, inclusive, continuam abrigando comunidades pesqueiras. Apesar da pesca ser o principal meio de subsistência desse grupo, coletavam moluscos e crustáceos, e caçavam algumas

espécies de mamíferos e aves. Além disso, foram os grupos da tradição Jê responsáveis em introduzir artefatos de cerâmica no território, baseando-se, entre outros, em recipientes utilitários; além de produzirem objetos líticos como machados, polidores, quebra-cocos e transformarem ossos em pontas de flecha.

Os Guarani, especificamente os indígenas Carijó, ou Carió, marcaram a última leva migratória para a Ilha de Santa Catarina no que diz respeito aos povos pré-coloniais, chegando ao local por volta de 900 anos AP. Habitando, principalmente, localidades próximo a Lagoa da Conceição, Rio Tavares, Pantano do Sul, Ribeirão da Ilha (região sul da Ilha), esses grupos tinham na pesca e na agricultura o principal meio de subsistência, sendo a mandioca uma das principais culturas cultivadas. Os Carijó, por sua vez, chegaram a conviver com os povos Jê da ocupação anterior, porém, quando os europeus chegaram na Ilha havia apenas os Guarani, que resultou em uma relação amistosa.

De acordo com Fossari (2004), a pesca entre as diversas populações indígenas, do mesmo modo que a caça, pode ser entendida como técnicas sociais baseadas em locais a serem explorados, conhecimentos sobre os hábitos da presa, além de ser desempenhada coletiva ou individualmente. Desse modo, para muitas etnias indígenas, a atividade pesqueira é, sobretudo, uma das principais atividades de subsistência e, em muitos casos, local sagrado, presente na singular cosmologia de cada grupo cultural.

Relatos de diversos navegadores apontam para os primeiros contatos com os Carijó a partir do século 16, sem considerar a pequena quantidade de desertores que já conviviam com os povos nativos, principalmente da região sul da Ilha (REIS, 2011). Já no século 17, iniciou-se, de fato, o povoamento que deu origem ao nome da Ilha de Nossa Senhora do Desterro, em 1673, a partir da chegada de bandeirantes, como Francisco Dias Velho. Rapidamente, após seu falecimento, o número de habitantes europeus passou a diminuir novamente e, somente em 1737, com a chegada do brigadeiro José da Silva Paes, a Ilha volta a ser oficialmente povoada novamente, momento em que iniciou-se o processo de urbanização e militarização da atual Florianópolis<sup>21</sup>.

Nas duas décadas que se seguiram, cerca de seis mil portugueses das ilhas de Açores e Madeira chegaram à Ilha de Santa Catarina, trazendo junto suas

---

<sup>21</sup> Ibid., p. 43.

experiências ligadas à agricultura, fato que alavancou a economia da época, através de atividades ligadas, principalmente, a agricultura, construção naval, manufatura de tecido, construção de engenhos, olaria de cerâmica, pesca, caça de baleia e outros comércios (REIS, 2011; FERREIRA, 2018). Assim, aos poucos, pequenas habitações foram formando-se no interior da Ilha, originando uma estrutura socioeconômica agrária, caracterizada pela pesca artesanal, pequenos comércios e agricultura familiar de subsistência, sendo a mandioca o alimento de base alimentar dos imigrantes, sobre os quais aprenderam a cultivá-las com os indígenas da época. Ao longo do século, a economia da cidade passou a ser baseada, principalmente, em serviços ligados ao comércio.

Já no século 18, a produção de farinha de mandioca tornou-se uma das principais atividades econômicas da Ilha, atingindo seu ápice na segunda metade do século. Conforme Giovana C. Ferreira (2018), naquele momento havia cerca de 350 engenhos de farinha em pleno funcionamento, os quais estavam presentes no cotidiano dos habitantes da Ilha, caracterizados, sobretudo, por portugueses e espanhóis. Por outro lado, os povos indígenas que ali habitavam, passaram a ser dizimados rapidamente, a partir do contágio de doenças e pelas diversas práticas de escravização a qual foram submetidos, atuando nos engenhos que formavam-se ao longo dos anos.

No século seguinte, atravessado por um processo de urbanização mais intenso, após o município tornar-se a capital do estado, em 1893, a produção agrária entrou em declínio, quando o alvo das investidas passou a ser o núcleo urbano da cidade, com o desenvolvimento de sistemas sanitários e implantação de iluminação pública, resultando no isolamento de outras regiões da cidade. Neste contexto, portanto, após Floriano Peixoto ter assumido a presidência da república, em desacordo com a Constituição de 1891 – fato que gerou violento episódio da Revolução Federalista, iniciado em 1893, resultando na Segunda Revolta Armada, finalizada em 1894 –, que Hercílio Luz, Governador do Estado de Santa Catarina na época, em homenagem à Floriano e desprezo aos monarquistas da Ilha, mudou o nome de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis, em 1894.

No século 20, porém, em conjunto com a mudança do nome, criou-se o discurso que enfatizava o processo de modernização pelo qual a cidade deveria passar para atingir o progresso onde, para alcançá-lo, deveria-se apagar o “passado” rural-agrário, entendido como o atraso da capital. Assim, na década de



1960 e 1970, Florianópolis passou a se transformar em uma metrópole, a partir do processo de industrialização. Neste contexto, originou-se o discurso que Florianópolis deveria tornar-se uma cidade moderna, turística e, sobretudo, urbana<sup>22</sup>.

A partir da década de 1980 inicia-se o processo que levou Florianópolis a ser conhecida como um destino turístico, a partir de iniciativas de indústrias voltadas ao turismo e de construção civil, passando a atrair novos habitantes e visitantes à cidade. De acordo com Marcos Silveira e Adyr Rodrigues (2015), na década de 1990, o fluxo migratório e turístico de Florianópolis intensificou-se a partir de diversas propagandas produzidas em veículos de comunicação, além da transformação do aeroporto Hercílio Luz em nível internacional, fato que intensificou a especulação imobiliária.

Neste contexto, a especulação imobiliária foi responsável por diversas ações com impactos ambientais e sociais, ao substituir e transformar locais onde antes existiam comunidades de pescadores, em balneários voltados, inteiramente, ao turismo. Assim, de acordo com os autores, diversas pessoas que habitavam sítios de patrimônio ambiental protegidos foram desapropriadas de suas residências, dando lugar a empreendimentos voltados ao turismo, como resorts, hotéis, pousadas, entre outras edificações voltadas ao turismo de massa, modelo econômico que encontra-se em vigência até os dias atuais.

Situada neste contexto, a Praia de Naufragados é uma das poucas localidades da Ilha que vêm resistindo ao turismo de massa. Como apontado anteriormente, o território que compreende a Praia de Naufragados encontra-se dentro de quatro UCs, fato que revela a grande riqueza do território em termos de biodiversidade, portanto, um dos principais fatores que caracteriza o local enquanto destino turístico, que, por sua vez, aumenta o risco de especulação imobiliária e seus respectivos impactos.

A Praia de Naufragados, encontra-se localizada no extremo sul da Ilha, há cerca de 35 quilômetros do centro da cidade<sup>23</sup>. Para chegar ao local, faz-se necessário acessar a rodovia Baldicero Filomeno (SC-405), e percorrê-la até seu fim, chegando, assim, ao fim do bairro Caieira da Barra do Sul, onde há um estacionamento designado, principalmente, para aqueles que pretendem visitar a praia, tratando-se, portanto, de uma propriedade privada cujo o dono é residente do

---

<sup>22</sup> Ibid., p. 100.

<sup>23</sup> Utilizando a Praça XV de Novembro como referência.

bairro mencionado. Além do estacionamento, na parte final da rodovia há, também, um ponto de ônibus, sendo o último da linha Caieira da Barra do Sul.

Mapa 4 - Imagem de satélite do mapa da Ilha de Florianópolis



Fonte: Google Earth (adaptado)

Conforme aponta Reis (2011), ao longo da história, houveram três naufrágios na Baía Sul, próximos a Praia de Naufragados, os quais são explicados pelo embate entre as fortes correntes marinhas com as águas calmas do canal da Baía Sul (FELIX, 2010). O primeiro ocorreu em 1516, quando Juan Díaz de Solís, em sua expedição ao Rio da Prata, sofreu um ataque dos povos indígenas da região, e em sua fuga acabaram naufragando próximo à Naufragados<sup>24</sup>, onde alguns tripulantes

---

<sup>24</sup> Abreviação do nome da Praia de Naufragados, como popularmente é conhecida e como irei me dirigir à mesma em certas ocasiões.

foram resgatados e outros passaram a conviver com os Carijó que habitavam a parte sul da Ilha.

O segundo, ocorreu em 1526, quando uma das naus de Sebastián Caboto, naufragou, o que levou sua tripulação a conviver, também, com os Carijó da região durante alguns meses, até que houvesse o concerto da nau que fora danificada. O terceiro naufrágio, o qual originou o nome de Praia dos Naufragados<sup>25</sup>, ocorreu em 1753, quando duas embarcações com destino ao Rio Grande do Sul, transportando cerca de duzentos e cinquenta açorianos acidentaram-se em frente à praia.

Por outro lado, conforme o relato de Seu Andrino, há muitos anos – o mesmo não soube especificar a data –, um navio português, de madeira, que transportava enlatados chineses, naufragou próximo a praia, após uma grande tábua romper da estrutura do navio. Com o reduzido número de equipamento salva-vidas, apenas 12 tripulantes sobreviveram após serem levados pelas ondas até a faixa de areia, fato que originou o nome do local.

Desse modo, apesar dos poucos registros históricos, é possível observar que houveram diversas ocupações que marcaram a história da Praia de Naufragados, inicialmente pelas populações indígena que habitavam o local, em seguida, os náufragos que habitaram a praia, mesmo por tempo reduzido e, por fim, a população que habita o local atualmente. Sobre a população indígena, há evidências arqueológicas dos povos que ali viveram, expressas em oficinas líticas com diversos amoladores-polidores de forma plana e arredondada, situados no encosta leste da praia<sup>26</sup>. Além disso, há ainda indícios de sítio conchífero em pequenas dunas, onde também foi encontrados material lítico, polido e lascado, de tradição Guarani<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> De acordo com as observações de campo e o material bibliográfico levantado, não há consenso quanto ao nome correto da praia, sendo que alguns referem-se a ela como Praia de Naufragados, enquanto outros como Praia dos Naufragados. Entretanto, como observado, a maior parte dos habitantes da praia utiliza o primeiro nome.

<sup>26</sup> Não foram encontradas informações a respeito de datações e quais populações, de fato, utilizaram estas oficinas líticas. Mais informações disponíveis em: <https://floripaarqueologica.com.br/sitios-arqueologicos-em-floripa/oficinas-liticas/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://floripaarqueologica.com.br/sitios-arqueologicos-em-floripa/sambaquis/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Figura 8 - Oficina Lítica da Praia de Naufragados



Fonte: Acervo do autor

A partir da construção do Farol da Praia de Naufragados, inaugurado em 1861, algumas famílias foram atraídas para habitar a praia, como membros da família Espírito Santo, citado anteriormente, onde passaram a residir, precisamente, na Ponta dos Naufragados, localizada na encosta oeste, dando origem a um pequeno vilarejo, com lavouras, engenho e as primeiras residências de alvenaria. De acordo com Reis (2011), essas terras foram concedidas pelo Império à família Luz e, anos mais tarde, no início do século vinte, passaram a ser posse da Família Espírito Santo, sobre a qual alguns descendentes da família possuem residência na praia até os dias de hoje. O Farol de orientação marítima está, ainda hoje, sob jurisdição da Marinha do Brasil, funcionando de maneira automática através de energia solar, sendo desnecessária a presença de faroleiro/a no local. Na figura a seguir, é possível observar no canto superior esquerdo, o Farol da Praia de Naufragados a



partir de seu acesso principal; abaixo, no canto inferior esquerdo, o Farol visto de longe, quase imperceptível; e, á direita, uma placa contendo informações jurídicas e geográficas.

Figura 9 - Farol da Praia de Naufragados



Fonte: Acervo do autor

Tiago C. de Moura (2006), aponta que , diversas fortalezas dispersas pela Ilha, construídas, principalmente, durante o período colonial, encontravam-se abandonadas no início do século 20. Nesse sentido, com a necessidade de fortalecer a segurança territorial de Florianópolis e outras fronteiras marítimas, o exército brasileiro passou a desempenhar uma série de ações de modernização para o fortalecimento militar das regiões costeiras do país. Desse modo, foi construído o Forte Marechal Moura, inaugurado em 1913, na Praia de Naufragados. A construção do Forte, influenciada pela Revolução Federalista, dispunha de

armamentos mais modernos e localizava-se em uma região alta, local estratégico para proteger a Baía Sul em conjunto com a antiga Fortaleza de Araçatuba<sup>28</sup>.

Figura 10 - Canhões do Forte Marechal Moura



Fonte: Acervo do autor

Após sua construção, “recebeu a guarnição de uma bateria do 8º Batalhão de Artilharia de Posição de Florianópolis, composto por aproximadamente vinte praças (sargentos, cabos e soldados), comandadas por um oficial.” (MOURA, 2006, p.18.). Assim, a pequena habitação composta pelas famílias que chegaram ao local com a inauguração do Farol, passou a crescer cada vez mais, dispondo, inclusive, de escola, linha telefônica, madeireira, além de lavouras e engenhos de farinha de mandioca, milho e cana-de-açúcar, para alambique. Contudo, a partir da década de

---

<sup>28</sup> A Fortaleza de Araçatuba, construída em 1742 e denominada Forte de Nossa Senhora da Conceição, encontra-se na Ilha de Araçatuba, localizada entre o continente e a Praia de Naufragados, cujo objetivo principal era proteger a entrada da Baía Sul da Ilha de Santa Catarina. A Fortaleza foi desativada em 1937 e tombada enquanto patrimônio cultural em 1980 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Já em 2001, sua administração passou para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a qual desempenhou ações de restauração do conjunto arquitetônico. (REIS, 2011).



1950, a comunidade foi se desfazendo e anos mais tarde, o Forte foi desativado. As residências que pertenciam ao exército foram demolidas no final dos anos 1970, restando apenas uma – a qual, no passado, pertenceu à família Espírito Santo – que encontra-se em estado de abandono, além dos Canhões.

Figura 11 - Casa do Exército



Fonte: Acervo do autor

Na segunda metade da década de 1950 e ao longo dos anos 1960, poucas famílias habitavam<sup>29</sup> a praia. As que lá estavam, mantinham um modelo de subsistência caracterizado, principalmente, pela agricultura, pesca e engenhos com a produção de farinha. De acordo com Mazinho, em 1965, data de seu nascimento, havia poucas famílias habitando a praia, porém, não soube dizer ao certo a quantidade. O mesmo relata, ainda, que desde a construção do Farol, a praia nunca

<sup>29</sup> Minha escolha pelo termo habitantes ao invés de moradores, parte da perspectiva de Tim Ingold (2015) ao considerar que tais indivíduos não estão limitados somente ao território da Praia de Naufragados e suas experiências transcendem o espaço.



ficou desabitada, havendo, apenas, variações no número de habitantes, a qual atingiu seu pico na década de 1990, como será demonstrado a seguir.

Já na década de 1970, a praia passou por um novo processo de ocupação, caracterizado basicamente por dois fenômenos: o primeiro com os pescadores de tainha, que durante o período de pesca, construía casas de palha com materiais retirados da vegetação local, os quais eram fundamentais para protegê-los do frio característico da época. Neste sentido, alguns pescadores, passaram a construir residências de madeira, onde passaram a residir no local, enquanto outros continuavam a frequentar anualmente, apenas durante a pesca da tainha.

O segundo grupo de habitantes caracteriza-se por aqueles que inicialmente frequentavam a praia para acampar aos finais de semana e feriados e, aos poucos foram se estabelecendo no local, onde passaram a construir residências de madeira e mais tarde, residências de alvenaria. Enquanto uns frequentavam a praia aos finais de semana e feriados, outros passavam semanas, meses e anos sem frequentar suas residências. Vale destacar que, neste contexto, a praia passou a ser habitada por posseiros, ao mesmo tempo que algumas famílias compraram seus terrenos.

Por volta de 1978, ano em que a família de Mazinho mudou-se da Praia de Naufragados para a Caieira da Barra do Sul, haviam cerca de dez a quinze famílias vivendo no local. Após a anexação da praia ao PEST, de acordo com Reis (2011, p. 92) o território ficou sem nenhum tipo de fiscalização durante, aproximadamente, vinte anos. Neste contexto, de acordo com os interlocutores da pesquisa, na década seguinte, o número de residências aumentou consideravelmente com vendas ilegais e posse de terrenos na praia. Com a modernização dos meios de locomoção que facilitaram o acesso à praia, como barco a motor, diversas residências foram construídas ao longo da década de 1980 e 1990, o que tornou possível transportar materiais de construção e móveis dos centros urbanos para a cidade com maior facilidade.

Nesse sentido, iniciou-se uma ocupação desordenada do território com a respectiva degradação ambiental da praia, como a poluição do ambiente – principalmente do rio que há no local – e degradação da fauna, como as restingas, mata atlântica primária, secundária e terciária (REIS, 2002). Em 1999, ano em que ocorreu as primeiras demolições, a Praia de Naufragados abrigava cerca de cento e trinta residências, em sua maioria, para fins de veraneio. Na ocasião,

aproximadamente vinte residências foram demolidas, sem aviso prévio, sem intimação ou ordem judicial e, ainda, com todos os pertences de seus proprietários (REIS, 2011). Assim, os indivíduos que foram surpreendidos com os agentes do FATMA e Polícia Ambiental, a pedido do MPE, não foram indenizados, mesmo aqueles que viviam diariamente na praia. Na época, grande parte dos posseiros abandonaram o local e, os que permaneceram, passaram a responder por crimes ambientais e processos cíveis.

De acordo com Dona Glória, as demolições ocorreram de maneira e em momentos diferentes, afirma, ainda, que, quando alguma residência era demolida, em raras exceções os habitantes eram avisados de antemão, assim, nessas ocasiões, cerca de duas a cinco residências eram demolidas de uma só vez. Passavam-se dois anos, no máximo, até que os agentes do estado retornavam para demolir outras residências e, assim, sucessivamente. Contudo, a partir da repercussão negativa das primeiras demolições, onde não houveram ordem judicial e aviso prévio, o MPE passou a realizar uma série de processos judiciais para legitimar as futuras demolições.

Neste contexto, algumas atividades culturais e econômicas desempenhadas na praia, voltadas, principalmente, à subsistência e complementação de renda dos habitantes, como a lavoura de diversas culturas vegetais, a criação de animais utilizados para o consumo e transporte e a pesca de diversas categorias, foram proibidas de serem realizadas dentro do território da UC. Este fato fez com que aqueles que dependiam dessas atividades para permanecer no local buscassem outra fonte de renda. Assim, muitos passaram a realizar alguma atividade voltada ao turismo, enquanto outros recorreram a empregos na cidade. Neste processo, a comunidade passou a criar um vínculo com o turismo, o qual já era presente na praia.

A AMOPRAN, quando originou-se, dispunha de um papel voltado principalmente para questões relacionadas à pesca. Após o início das demolições na Praia de Naufragados, em busca de encontrar meios que garantisse a permanência da comunidade no local, além de recorrer à advogados/as, alguns habitantes recorrem também à Associação. A partir dos anos 2000, portanto, a AMOPRAN legalizou-se e passou a ter um papel atuante nas discussões a respeito do conflito, onde os presidentes passaram a informar-se e auxiliar os habitantes, sobretudo os

mais velhos, que não conseguiam ter um entendimento tão claro sobre as legislações do PEST.

Neste contexto, uma série de eventos foram realizados para discutir a APA da Baleia Franca, os quais muitas vezes ocorriam em outras cidades e estados do país. Na época, Mazinho encontrava-se à frente das ações desempenhadas pela AMOPRAN, e relata que as viagens, hospedagem e alimentação eram custeadas pelo governo federal, o que possibilitou que alguns habitantes da praia pudessem comparecer, onde acompanharam de perto algumas discussões à respeito da UC, além de terem a oportunidade de conhecer e conviver com pescadores e pescadoras de outras localidades, gerando trocas de saberes que foram de fundamental importância para a conscientização ambiental de alguns habitantes da comunidade.

À medida que os anos se passavam, a AMOPRAN engajava-se cada vez mais, buscando negociar com o estado meios para encontrar soluções que resolvessem o conflito, sem que nenhuma das partes fosse prejudicada. Assim, a Associação passou a fazer parte das discussões da Agenda 21 do município de Florianópolis, criando um entendimento maior a respeito de políticas de educação ambiental, orientando a comunidade a assumir um papel de conservar o meio ambiente por sua importância social e ecológica.

Neste contexto, a partir de tal entendimento, a comunidade se comprometeu a encontrar soluções para adequar atitudes que eram incompatíveis com o cuidado ao meio ambiente, além de produzir ações voltadas para a conservação da biodiversidade local, tanto por parte dos habitantes, quanto dos turistas. Desse modo, a comunidade foi se consolidando e criando uma noção de luta coletiva pautada em questões culturais e ambientais, com o intuito de justificar a permanência da comunidade na Praia de Naufragados.

Após a recategorização do PEST, em 2009, e a mudança de UC Proteção Integral para UC de Uso Sustentável, as demolições não deixaram de ocorrer. Por consequência, a comunidade foi reduzida em cerca de trinta famílias, contando com cerca de quarenta residências que, de acordo com interlocutores, vinte encontram-se sob ordem judicial de demolição. Dessa maneira, evidencia-se que o conflito deixou de ser em razão da UC e passou a ser pelas residências que, segundo o Poder Público, encontram-se na ilegalidade.

Nesse sentido, de acordo com Reis (2011), no ano em que concluiu sua pesquisa, haviam cerca de trinta famílias habitando a praia, havendo pouca variação em relação a quantidade de indivíduos que habitam o local atualmente. Tendo em vista que houveram outras ações de demolição depois da recategorização do PEST, em 2009, alguns habitantes que perderam suas residências continuaram residindo na praia, amparados pela comunidade que buscou encontrar meios para que pudessem permanecer na praia e continuar na luta. Esse fato aponta para a existência de motivações individuais e coletivas, voltadas para a integridade da comunidade e de todos os seus membros, podendo ser observado através dos seguintes relatos.

O Cravo não tem outro lugar. Aí quando botaram a dele no chão, foi pra dentro do galinheiro. Ele não saiu, tadinho. Ele ficou um tempão ali dentro, né. Ele não tem família. E aí, o que ele fez? Ele fez outra casinha. O pessoal fizeram uma vaquinha e construíram outra casinha para ele, né? Porque ele não tinha para onde ir, não tinha. Ele chorava, tadinho, quando destruíram. Tu vê que ele foi morar dentro de um galinheiro. (Dona Lindaura)

Agora minha amiga cedeu a casa dela pra mim ficar, quando eles botaram a minha no chão. Até as nossas coisas, roupa de cama, louça, mesa, fogão, ela botou tudo na casinha lá, está tudo lá. (Dona Lindaura)

Até o presente momento, a última demolição na Praia de Naufragados ocorreu em agosto de 2022, onde todo o processo da ação foi transmitida por filmagem através do perfil S.O.S Naufragados<sup>30</sup>. Na ocasião, havia ordem de demolição para duas residências, a de Dona Glória e a de outro habitante, porém, apenas a primeira conseguiu recorrer a um agravo regimental através de seus advogados, tendo a oportunidade de continuar buscando meios para a regularização de sua residência, enquanto o segundo teve sua residência completamente destruída.

De acordo com Rama, após publicar os vídeos na rede social, o número de seguidores em sua rede aumentou consideravelmente, chegando a 15 mil seguidores em apenas uma semana. Atualmente, o perfil S.O.S Naufragados, conta com 70,9 mil seguidores, com vídeos que passam de 600 mil visualizações. O conteúdo de seus vídeos variam entre ensinamentos de certos tipos de pesca, os lugares históricos mencionados anteriormente, ações de demolição, apresentação de alguns habitantes, a relação com os animais selvagens que geralmente

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/ChvDqygpkav/?igshid=NDk5N2NIZjQ=>. Acesso em: 25 nov. 2022.

aparecem nas residências, como a cobra Judite, de aproximadamente dois metros, que habita a casa de Seu Valdir, além outros conteúdos.

Mapa 5 - Residências e estabelecimentos comerciais na Praia de Naufragados



Fonte: Luísa S. Doebeli (2021, p. 119)

A noção de paisagem proposta por Tim Ingold (2015) permite refletir a maneira como as famílias residentes da Praia de Naufragados habitam o local. A partir da relação a respeito do ambiente e das entidades que o compõem, observa-se uma dinâmica interativa entre os habitantes e as diversas entidades que habitam e transformam o ambiente diariamente, em diferentes ocasiões. De acordo com Ingold (2015), a paisagem de determinado ambiente deve ser pensada do ponto de vista daqueles que a habitam e a produzem, sobre a qual está em constante transformação por todas as entidades que a compõem e, portanto, a conhecem. Tais entidades podem ser entendidas enquanto morros, árvores, animais, ventos, águas, caminhos, céu, pedras, humanos, não-humanos e sobre-humanos, entre outros que encontram-se em ressonância mútua, marcados, também, por ciclos ecológicos e sociais. Neste sentido, descartando a dualidade entre cultura e natureza, entende-se a paisagem como uma coisa única, fluída e composta por diferentes entidades.

Existem dois meios de acesso para se chegar a praia de Naufragados, um por via terrestre, através de uma trilha de aproximadamente três quilômetros de extensão, conhecida por “caminho” pelos habitantes; e, outro por via marítima, através do serviço de transporte oferecido pela Associação Náutica dos Corais, composta pelos habitantes da Praia de Naufragados e da Caieira da Barra do Sul.

A Associação Náutica dos Corais está regulamentada na Marinha do Brasil desde 2014. A articulação entre os barqueiros das duas localidades, está expressa na organização do serviço, uma vez que os indivíduos da Caieira levam os visitantes até Naufragados e os de Naufragados retornam com os visitantes para a Caieira<sup>31</sup>. O valor cobrado por pessoa é de trinta reais, portanto, o transporte só é realizado caso o valor mínimo de cento e oitenta reais seja atingido.

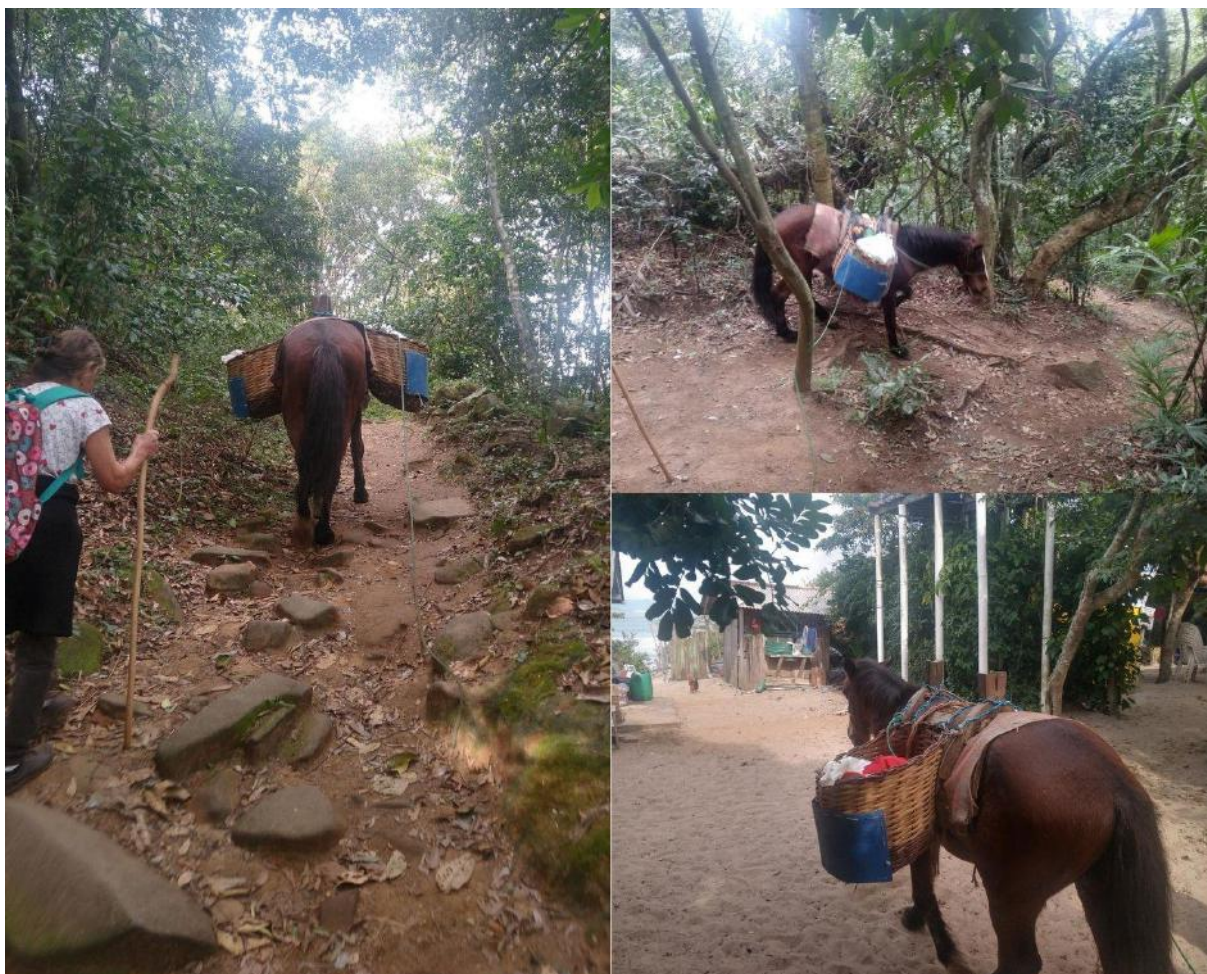
O embarque e desembarque na Caieira ocorre na Praia do Seu Norberto. O trajeto, por sua vez, tem duração de aproximadamente vinte minutos e o desembarque é realizado próximo à costa leste da praia. Em dias em que o mar encontra-se agitado, o desembarque ocorre no “Portinho”, local próximo ao Farol, onde há um caminho que leva até a encosta oeste da praia. Este tipo de serviço ocorre principalmente durante o verão, onde o fluxo de turistas se intensifica, por outro lado, durante o inverno, quem mais utiliza este serviço são os habitantes da praia.

Geralmente, os habitantes da praia recorrem ao serviço de transporte em momentos onde não há possibilidade de transportar o que desejam através do caminho. Por outro lado, alguns habitantes da praia utilizam-se de seu cavalo para realizar o transporte de mercadorias, trazidas de outros bairros para a Praia de Naufragado.

---

<sup>31</sup> Em uma página do *Facebook*, destinada à divulgação dos serviços realizados pela Associação Náutica dos Corais, são oferecidos passeios para a Ilha do Papagaio e para a Fortaleza de Araçatuba, sem desembarque. Disponível em: <https://www.facebook.com/Passeiosdebarcoprapraiadenaufragados>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Figura 12 - Transporte de mercadorias realizado pelo cavalo de Dona Maria



Fonte: Acervo do autor

Para acessar o caminho que leva à praia de Naufragados através da Caieira da Barra do Sul, é possível optar entre dois pontos de partida: o primeiro, ao chegar em seu ponto final, deve-se passar pelo interior do estacionamento mencionado no capítulo anterior, onde é possível observar uma cerca de arame com acesso ao caminho; o segundo, o acesso faz-se por uma estreita rua na lateral do estacionamento, a qual levará ao pé do morro, portanto, ao início do caminho. O percurso é bem demarcado, com chão de terra e pedra, além de diversas placas de sinalização e conscientização, produzidas pelos próprios habitantes da praia. Há também placas institucionais com informações a respeito da UC, mesmo que a grande maioria encontra-se em mau estado de conservação.



Figura 13 - Placas pelo caminho



Fonte: Acervo do autor

O tempo de percurso para chegar à praia varia de acordo com o ritmo de caminhada e quais caminhos serão seguidos ao longo do trajeto. O caminho mais utilizado dura em média de quarenta minutos a uma hora. O trajeto está situado em um morro cercado por vegetação da Mata Atlântica, com exceção de seu início, onde o caminho contorna o estacionamento até, e em seguida, passar por algumas poucas residências e uma lanchonete. Durante o trajeto é possível observar a rica biodiversidade que o lugar dispõe, sendo possível encontrar diversas espécies de aves e mamíferos, além da grande diversidade de árvores e insetos. Além das aves, o animal mais comum de encontrar ao longo do caminho são os Sagui-de-tufos-pretos (*Callithrix penicillata*), espécie exótica<sup>32</sup> no bioma em questão. Os saguis emitem um som que facilmente chama atenção daqueles que estão

<sup>32</sup>

Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/04/27/saguis-invasores-se-proliferam-em-florianopolis-com-ajuda-de-alimentacao-indevida.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2022.

passando pelo local, sendo muito comum observar interações entre os saguis e os visitantes, que geralmente os alimentam com bananas e outras frutas.

Seguindo o caminho, após passar pelas residências, inicia-se uma longa subida íngreme, de aproximadamente setenta metros, contornada por um pasto onde há gado, os quais encontram-se separados por uma cerca de arame. Após o fim desta subida, logo, o fim do pasto, não há nada que caracterize a vida urbana a partir deste ponto. Logo, o trajeto permanece plano por cerca de cem metros, quando volta a dispor de outra subida, de aproximadamente vinte metros, levando, assim, ao ponto mais alto do morro, onde há uma grande pedra no caminho conhecida como “Pedra do Descanso” e, como o nome sugere, é utilizada, geralmente, como assento por quem deseja descansar após realizar a subida, em ambos os sentidos. Logo após a pedra, inicia-se uma descida suave, até chegar a outra pedra em meio a uma bifurcação, onde há uma placa indicando que, seguindo à esquerda - o caminho mais comum realizado pelos visitantes -, chegará à praia, próximo a costa leste e, à direita, seguirá em direção ao Farol e aos Canhões, onde, após uma longa caminhada, haverá outra bifurcação, sobre a qual à esquerda levará próximo às margens do rio, na costa oeste da praia e à direita, ao Farol.

Seguindo o caminho da esquerda, logo a descida torna-se íngreme e, assim como na subida, as pedras presas ao chão tornam-se úteis na medida em que são utilizadas de apoio para pegar impulso, na subida, e desacelerar, na descida, dando mais estabilidade ao corpo e diminuindo a chance de haver algum acidente, principalmente em dias chuvosos, em que a terra do caminho rapidamente se transforma em lama. Já no fim da descida, há um curso d'água proveniente de uma nascente, a qual corta o caminho.



Figura 14 - Pontos do caminho para a Praia de Naufragados



Fonte: Acervo do autor

Como demonstra a figura, o curso d'água dá origem a uma cachoeira, local onde grande parte dos habitantes captam água para utilizarem em suas residências. Para atravessar esta parte, cuja profundidade varia de aproximadamente dez à vinte centímetros, a depender da época do ano, há algumas pedras colocadas estrategicamente que servem de apoio para realizar a passagem sem que seja necessário molhar-se. Após sua travessia, logo é possível observar as ruínas do que antes foi um engenho de farinha, o qual pertencia aos habitantes da Caieira da Barra do Sul, ponto em que marca o fim deste bairro e o início do território da Praia de Naufragados.

Cerca de vinte metros adiante, o terreno torna a ser uma descida, dessa vez menos íngreme. Já em seu final, após ter caminhado cerca de duzentos metros, é possível saber que está se aproximando da praia, em razão do som emitido pelas fortes ondas que quebram no mar. Neste ponto, há outro curso d'água e, da mesma



forma, há pedras para que a travessia ocorra sem que seja preciso molhar os pés. Este ponto também é conhecido como “cachoeira” pelos habitantes. Atravessando esta parte, é possível observar a primeira residência da praia, sendo uma das mais antigas do local, anterior à década de 1960.

Após passar por outras três residências, há uma nova bifurcação com um caminho à direita, onde há uma placa indicando que este caminho segue para o rio e, seguindo reto, chegará ao mar. Este ponto é considerado o fim do morro e o início da planície costeira adjacente, onde a maioria das residências da comunidade estão situadas. Além disso, nestes espaços há algumas clareiras utilizadas por aqueles que desejam acampar sem utilizar os serviços da comunidade voltados para tais práticas. Desse modo, seguindo o caminho à direita, demarcado por uma trilha de areia fina, passa-se por trás de algumas residências, como a de Seu Valdir e Rama, além de dar acesso, também, às diversas clareiras mencionadas que, por sua vez, dão acesso à praia. Por fim, se não desviar o caminho, chega-se ao seu destino final, marcado pela margem do rio.

Figura 15 - Placa de indicação



Fonte: Acervo do autor

As clareiras são geralmente utilizadas por aqueles visitantes que vão à praia com o intuito de acampar sem utilizar os serviços oferecidos pela comunidade. Nestes ambientes é possível observar indícios que apontam para o uso recente do espaço, os quais são expressos por estruturas de tijolos utilizados para fogueira, grelhas, lonas amarradas em árvores utilizadas para abrigar a barraca em função da chuva e do sol, lenhas cortadas e algumas já queimadas. Estes objetos, geralmente, são mantidos pelos habitantes da praia para que as próximas pessoas que irão utilizar o espaço possam dispor de meios que facilitem a permanência no local.

Por outro lado, é comum encontrar lixos espalhados nestes espaços, às vezes reunidos dentro de sacos de lixo, como garrafas de vidro e plástico, rótulos e pacotes de produtos alimentícios, tampas de garrafas e lacres de recipientes de bebida, bitucas de cigarro, restos de barbantes e cordas utilizados para as amarrações, além de pequenos pedaços de plástico dos mais diversos tipos – o que não deixa de ser um problema. Este fato, portanto, é uma das dificuldades enfrentadas pelos habitantes da praia, uma vez que, a limpeza do local, por fim, quem faz são os próprios.

Retornando para a bifurcação do fim do morro, há uma placa indicando o acesso à praia para aqueles que desejarem seguir reto. Assim feito, em poucos passos será possível ver e ouvir o mar com mais intensidade. Este ponto é considerado o destino final do caminho, o qual é possível observar pelo o chão de terra que se encerra em função do início de um amplo gramado e por uma placa de boas vindas e de conscientização voltada aos visitantes. À esquerda, então, encontra-se a entrada de acesso para a “Casa dos Pescadores”, também conhecida como “Casarão” ou “Casa Grande”, e a Capela de São Pedro.



Figura 16 - Placa de boas vindas à Praia de Naufragados



Fonte: Acervo do autor

A Casa dos Pescadores é uma das residências mais antigas da Praia, a qual pertenceu no passado à família Espírito Santo, mais precisamente à bisavó de Mazinho. A residência atualmente pertence ao dono da parelha<sup>33</sup> da pesca da tainha, contudo, é de uso coletivo dos pescadores que habitam a praia durante o período da pesca da tainha. A Capela, por sua vez, é o local onde é realizada a novena durante o evento da Bandeira do Divino, a missa de celebração da Festa de

---

<sup>33</sup> Termo utilizado para definir os materiais utilizados na pesca da tainha, como rede, barcos e demais acessórios, que será descrito, a seguir.

São Pedro e as reuniões da AMOPRAN, uma vez que a mesma não dispõe de uma sede.

No ponto final do caminho, é possível adentrar em um bosque cujas copas das árvores sombreiam todo o espaço, onde geralmente habitam aqueles passam um longo período acampados na praia, durante meses ou anos. Suas moradias são caracterizadas por barracas de acampamento abrigadas com “estruturas” de lonas e bambus. Tal estrutura, conhecida também como “barracão”, é utilizada para protegê-los do vento e da chuva. De acordo com alguns interlocutores que vivem desta maneira no local, na retirada do bambu, deve-se atentar-se à lua, pois, caso contrário, o material estraga rapidamente. Para fazer uma estrutura resistente ao frio e à chuva, além de saber as técnicas, é necessário utilizar bons materiais, principalmente a lona, que deve ser de boa qualidade. Uma estrutura bem montada e com bons materiais, resiste por cerca de três meses sem que seja necessário realizar manutenção, caso contrário, frequentemente deve-se fazer pequenos reparos com o tempo.



Mapa 6 - Caminhos da Praia de Naufragados



Fonte: Doebeli (2021, p. 117)

Aqueles que dirigem-se sentido à praia, passará pela residência e bar da Dona Maria e o *camping* de seu filho Airton<sup>34</sup>, situado logo após o bosque, à direita; e, pelo restaurante do dono da parelha da rede, à esquerda, onde há uma varanda aberta, utilizada tanto pelos clientes do restaurante, quanto pelos pescadores e pescadoras de tainha, enquanto aguardam o sinal para realizarem o cerco do cardume. Desse modo, ao descer uma rampa de concreto, logo chega-se à área costeira da praia, com aproximadamente novecentos e cinquenta metros de extensão, situada entre duas encostas íngremes, a oeste, onde seu ponto mais ao extremo é conhecido como Ponta dos Naufragados; e, a leste, onde o ponto mais ao

<sup>34</sup> O filho de Dona Maria é o mesmo indivíduo que ajudei a retirar a rede do mar, em minha primeira visita à praia, além de ser, também, a pessoa que oferece o serviço de recarga de bateria de celulares, fatos descritos no capítulo dois.

extremo é conhecido como Ponta do Frade. Ambas encostas são “recobertas por vegetação de mata atlântica exuberante” (FELIX, 2010, p. 84).

Figura 17: Praia de Naufragados vista a partir da encosta oeste



Fonte: Acervo do autor

O ponto de chegada à praia, está situado próximo à encosta leste. Seguindo em sua direção, o/a visitante passará pelo restaurante de Seu Andrino, situado na mesma direção do local onde ocorre o desembarque daqueles que optam em acessar a praia pelo serviço de embarcação. Seguindo adiante, passará por algumas outras residências, as quais encontram-se próximas à areia da praia, enquanto outras encontram-se pouco mais elevadas em relação ao pé do morro. Assim, logo o/a visitante poderá visualizar as pedras onde estão situadas as oficinas líticas, na borda da encosta, entre a areia e o mar. É possível observar, ainda na faixa de areia, uma abertura em meio à vegetação, onde há um caminho de chão de terra que levará às piscinas naturais, localizadas do outro lado da zona costeira. Além deste destino, é possível encontrar no caminho bifurcações com destino à Praia do Saco da Baleia, Praia do Saquinho e Praia da Solidão.

Já no início do caminho é possível encontrar algumas poucas residências em meio à mata. Após uma caminhada de aproximadamente cinco minutos, chega-se a uma bifurcação onde, à direita levará até a Ponta do Frade, local onde um dos vigias da pesca da tainha fica localizado durante o período de pesca; e, seguindo à esquerda, após uma longa subida chega-se ao topo do morro, onde há uma ampla vista para o Oceano Atlântico e o início do caminho que leva às praias e às Piscinas Naturais. Seguindo em direção às piscinas, há uma descida íngreme cercada de vegetação característica de restinga, onde seu destino se dá em diversas pedras que formam diversas piscinas naturais com as águas da chuva e do mar, podendo ser acessadas apenas quando a maré estiver baixa, para que não haja risco de ocorrer algum acidente.

Figura 18 - Vista para as Piscinas Naturais



Fonte: Acervo do autor

Por outro lado, seguindo do principal acesso à zona costeira em direção à encosta oeste, o/a visitante passará pela cabine dos salva-vidas e, em seguida, por uma placa informativa a respeito do conflito ambiental que envolve os habitantes da praia, instalada pelo Rama com o intuito de denunciar as demolições e informar os visitantes da praia sobre o conflito. Além de informar, o texto convida os leitores a acessar a página do *Instagram* S.O.S Naufragados, para acompanhar os conteúdos com informações a respeito da comunidade e do conflito ambiental. A placa e o balanço estão situados em frente à residência de Dona Glória, na faixa de areia da praia.



Figura 19 - Balanço e cabine dos/as Salva-vidas



Fonte: Acervo do autor

Seguindo a caminhada, em aproximadamente duzentos metros chegará ao rio, caracterizado por uma microbacia hidrográfica que desemboca na restinga e na

área costeira da praia. Em períodos mais chuvosos, suas águas encontram-se com as águas do mar, muitas vezes seguindo em linha reta, mas variando seu trajeto em raras ocasiões, podendo chegar próximo à casa de Dona Glória, onde em seguida encontra-se com o mar. De acordo com Seu Valdir, este evento acontece raramente, porém, o mesmo já presenciou algumas vezes o rio seguir consideravelmente em direção à encosta leste. Logo em seguida, após passar pelo rio, inicia-se o pé do morro da encosta oeste, onde há algumas poucas residências e uma saída – ou entrada – em meio à mata, situada pelo caminho daqueles que escolheram seguir à direita na primeira bifurcação, após a pedra do descanso, citada anteriormente. Próximo ao mar, há outra entrada, caracterizada por um caminho íngreme, o qual levará o/a visitante à Casa do Exército, aos Canhões e ao Farol.

Visto que a Praia de Naufragados dispõe de diversos pontos históricos e uma paisagem atrativa, muitos visitantes que estão de passagem por Florianópolis, ao chegar à Praia de Naufragados, tendem a explorar todos os pontos mencionados, diferentemente de outros balneários, onde geralmente os visitantes buscam um local para estabelecer-se na faixa de areia e ali ficar até o momento de ir embora. Este fato, inclusive, é o que, dentre outros aspectos, diferencia a Praia de Naufragados de outras praias da capital catarinense, sendo comum encontrar pessoas caminhando por entre os espaços da praia, com tênis e roupas de caminhada, além de acessórios como mochilas e artigos de *camping*.

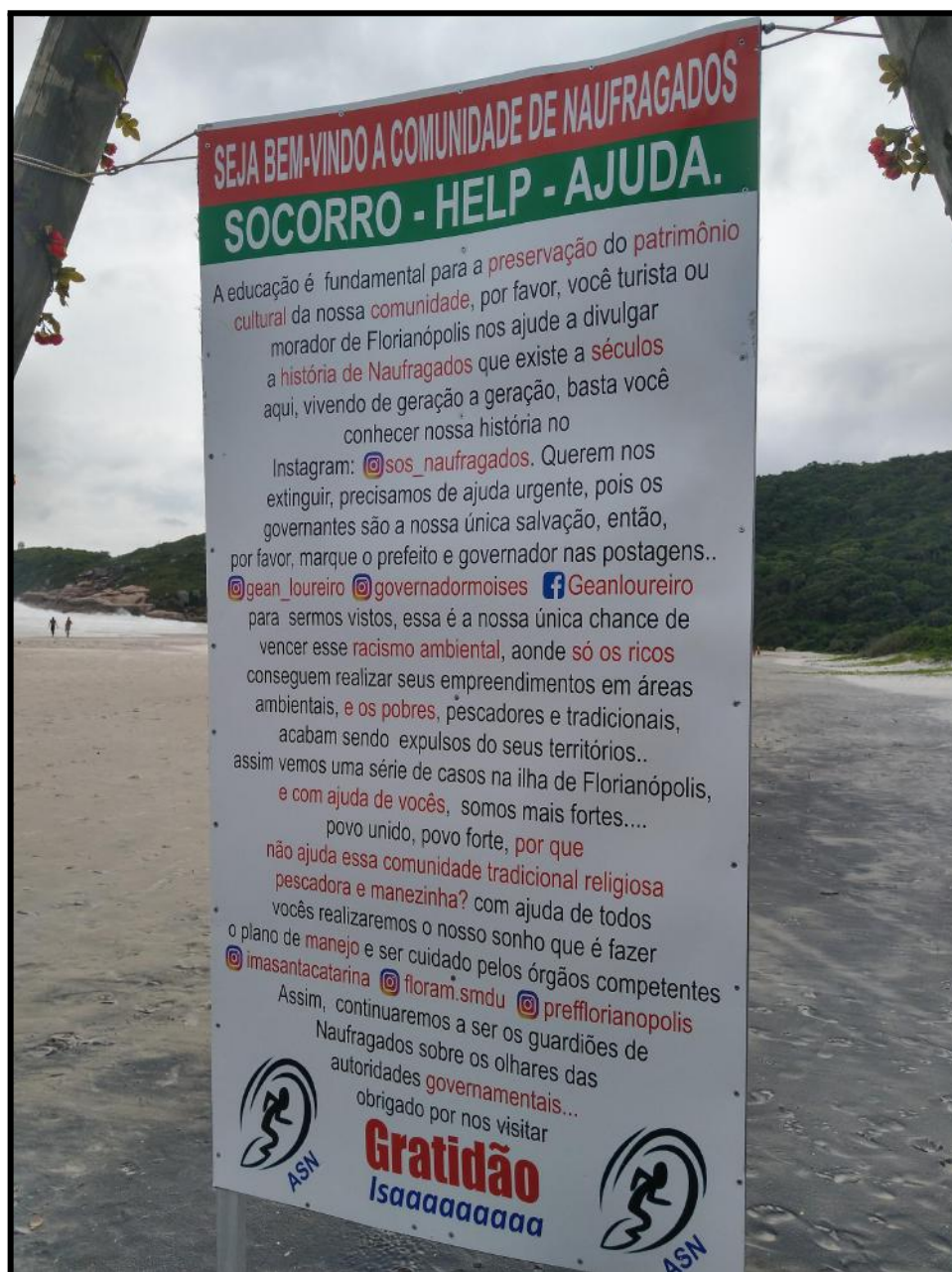
Desse modo, para muitos, a Praia de Naufragados é um local de passagem, destinado a contemplar a paisagem, fotografar e conhecer os pontos históricos do local, principalmente os Canhões e o Farol. Nesse sentido, os donos e donas dos comércios da praia se beneficiam com os visitantes que buscam consumir nestes espaços, os quais encontram-se sempre lotados durante o verão e a primavera. Por outro lado, tem aqueles visitantes que chegam à praia com a intenção de acampar ou alugar um quarto de hospedagem, principalmente em datas festivas, como *réveillon*, carnaval, feriados prolongados e até mesmo aos finais de semana, recorrendo aos habitantes que oferecem serviços de hospedagem. Assim, foi possível observar que Praia de Naufragados é tida como um destino turístico de Florianópolis, atraindo visitantes de diversas cidades, estados e países durante o ano inteiro.

Como discutido anteriormente, os habitantes do local viram no turismo uma oportunidade de garantir suas rendas e, ainda, promover uma ação coletiva voltada



à conservação do meio ambiente, a qual vem sendo utilizada enquanto estratégia para garantir a permanência da comunidade no local.

Figura 20 - Placa S.O.S Naufragados



Fonte: Acervo do autor



## 4 EM MEIO ÀS REDES

Todos os anos, durante os meses de maio, junho e julho ocorre a pesca artesanal da tainha na Praia de Naufragados, atividade considerada Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Santa Catarina, pela Lei Nº 15.922, de 06 de dezembro de 2012<sup>35</sup>. De acordo com Seu Andrino, o habitante mais antigo da atual comunidade, a pesca ocorre há mais de duzentos anos na Praia de Naufragados, o que a caracteriza enquanto uma atividade tradicional. Neste capítulo, busca-se etnografar a dinâmica da comunidade que está demarcada pela pesca da tainha e o turismo comunitário para, assim, refletir quem são os habitantes da Praia de Naufragados.

A pesca da tainha é realizada através da técnica da pesca de cerco, caracterizada por um grupo de pescadores artesanais de aproximadamente trinta e cinco indivíduos, majoritariamente masculino. O grupo de pescadores é conhecido em seu coletivo pelo nome de "parelha", o qual caracteriza, também, todos os materiais utilizados na pesca. No entanto, há quem o denomine como "rede" ou "maruja". Todos os anos, busca-se que a parelha seja composta pelas mesmas pessoas, havendo pequenas variações na participação, devido à motivos de saúde, questões geracionais, entre outros.

Dona Lindaura, de 63 anos de idade, mora na comunidade desde 1975. É casada com Seu João, o qual, assim como ela, também faz parte da parelha. Filha de pescador, nasceu na Caieira, onde desde sempre frequentou a Praia de Naufragados junto com seus avós e pais, os quais já pescavam tainha no local e ficavam acampados em casas de palha durante o período da pesca. Seguindo os passos da família, Lindaura pesca na praia há quarenta e um anos, ininterruptamente. Quando sua residência foi demolida, em 2019, passou a residir na casa de Dona Glória, a qual tem uma relação muito próxima. Lindaura, portanto, foi uma das pessoas que comprou residência no local, lavrada em cartório e diversos outros documentos que comprovam a compra do imóvel mas, mesmo assim, não teve oportunidade de recorrer ao processo de demolição pelo fato de ser surpreendida por agentes públicos prontos a dar início à demolição.

---

<sup>35</sup>

Disponível em:  
<https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-15922-2012-santa-catarina-consolida-as-leis-que-dispoe-m-sobre-o-patrimonio-cultural-do-estado-de-santa-catarina>. Acesso em: 25 nov. 2022.

De acordo com Dona Lindaura, a parelha de pesca atual é composta por trinta e três homens e somente ela de mulher, onde desempenha a função de camarada de praia. A mesma, ainda, afirma que há poucos anos, haviam outras duas mulheres que faziam parte da parelha, mas por motivos pessoais decidiram sair. Este fato causou um certo receio em Dona Lindaura no que diz respeito a continuidade de sua participação na pesca, tendo em vista a divisão de gênero que marca esta atividade.

Cada membro da parelha tem uma função na organização social do trabalho. São, portanto, dois vigias, os quais ficam cada um em uma encosta da praia, um no Frade e outro próximo ao Farol, com a função de aguardar o cardume de tainha se aproximar até certo ponto do mar em relação à faixa de areia para, então, acenar para o restante da parelha, que deverão iniciar o cerco. Há também seis remeiros, sendo aqueles que, a partir do sinal dos vigias, deverão realizar o cerco do cardume com o barco à remo, conforme os movimentos indicados pelos vigias. Entre os seis, há o chumbeiro, aquele que arremessa a rede, além de um remeiro reserva o qual desempenha a função de camarada de praia quando não é solicitado no barco.

A função dos camaradas de praia, por sua vez, consiste em ajudar a colocar o barco no mar, a segurar a corda que constitui a ponta da rede, enquanto o cerco ao cardume é realizado. Em seguida, após a outra ponta da rede chegar à areia novamente, os camaradas de praia são divididos em dois grupos, onde cada grupo deverá puxar a rede com os peixes capturados para a faixa de areia. O proeiro, é aquele que ajuda a deslocar a canoa da areia até o mar, empurrando-a até o local correto para iniciar o remo, pois essas embarcações não podem conter motor para não afastar o cardume com o som emitido pelo mesmo. Por fim, há também um cozinheiro, o qual tem o papel de todos os dias preparar o café da manhã, almoço e, em dadas ocasiões, a janta para os integrantes da parelha. As refeições são realizadas na Casa dos Pescadores e, onde o cozinheiro deverá, também, preparar a marmitta dos vigias, que não podem abandonar seus postos.

A maioria dos integrantes que compõem a parelha não são habitantes da Praia de Naufragados, mas dispõem de uma estreita relação com o ambiente e os habitantes, principalmente aqueles que pescam há mais anos no local. Estes pescadores vivem em bairros próximos à praia, como a Caieira da Barra do Sul, Tapera da Barra do Sul, Praia do Saquinho e Ribeirão da Ilha e, em sua maioria, são pessoas aposentadas, como é o caso de Luiz.

Figura 21 - Início do cerco das tainhas



Fonte: Acervo do autor.

Luiz, de 65 anos, habitante da Praia do Saquinho, frequenta a Praia de Naufragados desde os 16 anos. Luiz, iniciou-se na pesca da tainha como camarada de praia, mas já no ano seguinte tornou-se remeiro, posição que ocupa há aproximadamente quarenta anos. O mesmo é aposentado como pescador profissional artesanal e, atualmente trabalha como carpinteiro e pedreiro. Durante o período de pesca da tainha, Luiz suspende seus trabalhos para dedicar-se somente à pesca.

Nesse sentido, durante o período de pesca, alguns integrantes da parceria ficam alojados na Casa dos Pescadores, enquanto outros chegam na praia semanas antes para montarem suas estruturas de lona, bambu e corda, geralmente sobre suas barracas de acampamento, tal qual aqueles que vivem acampados na praia, como descrito no capítulo anterior e, ainda, há aqueles que ficam acomodados em residência de amigos ou familiares.

Ademir é um dos pescadores que ficam acampados. O mesmo é residente do bairro Estreito, tem 63 anos de idade e frequenta a praia desde 1974. Sua inserção na parelha ocorreu há vinte anos, onde desempenha o papel de proeiro. Ademir é aposentado como funcionário público, mas atualmente trabalha de maneira autônoma com instalações de água térmica. Durante o período de pesca da tainha dedica-se inteiramente à atividade da pesca. A estrutura em que fica durante a pesca, é uma das mais elaboradas da comunidade, a qual contém diversos artigos de *camping*, como uma barraca para duas pessoas, uma mesa portátil com quatro bancos, lanternas e mochilas cargueiras. Fora do período de pesca, os materiais de sua estrutura ficam armazenados em sacos na casa do dono da parelha. Todos os anos, cerca de 15 dias antes do período de pesca, Ademir inicia a montagem de seu acampamento. Além disso, todos os anos sua esposa o acompanha durante este período, exceto em 2022, quando não pôde estar presente por motivos de saúde.

Todos os integrantes da parelha devem estar dispostos das 6 horas da manhã até às 18 horas da tarde, cumprindo este horário durante todo o período da pesca da tainha, fato que leva todos integrantes permanecerem diariamente na praia, sem retornar para suas residências. Desse modo, os pescadores costumam dizer que o período da pesca é entendido como um confinamento na praia, pois dificilmente retornam para suas residências, em função do trabalho demandado pela atividade. A pesca é interrompida apenas em ocasiões em que o vento sul está intenso, o que gera a força d'água, quando o mar fica extremamente agitado, tornando impossível desempenhar a pesca.

O período de início da pesca varia de acordo com o ano, mas geralmente ocorre entre os dias cinco ao dia quinze de maio e se estende até, aproximadamente, vinte de julho. O momento em que a pesca ocorre de maneira mais intensa é do dia vinte de maio a vinte de junho. De acordo com Seu Valdir, os pescadores de Naufragados estão sempre em contato com pescadores de outras localidades, o que constitui uma rede de troca de informações, a respeito do aparecimento dos primeiros cardumes, do vento que virá nos próximos dias, algo que influencia diretamente na pesca, entre outras informações que auxiliam cada grupo no desempenho de suas atividades pesqueira.



Figura 22 - Estrutura de acampamento



Fonte: Acervo do autor

Para fazer parte da parelha, é necessário solicitar com antecedência a participação no grupo para o dono da rede, conhecido no grupo como patrão, uma vez que cerca de um mês antes de iniciar o período, o mesmo passa a fazer a seleção de quem irá compor a maruja daquele ano. Desse modo, comprometimento e responsabilidade com o trabalho são fatores fundamentais no momento que se faz a escolha. O comprometimento do indivíduo em estar presente todos os dias durante o período da pesca, não se atrasar quando houver o sinal do vigia e estar apto a desempenhar sua função são exemplos de comprometimento que será levado em consideração pelo patrão no momento de selecionar os integrantes da parelha. Além disso, se um indivíduo da parelha faltar e não justificar o motivo, receberá uma advertência e, caso receba três, será expulso da parelha imediatamente. Entretanto, uma advertência além de outras atitudes que demonstrem a falta de comprometimento, é o suficiente para no ano seguinte não ser selecionado.

Figura 23 - Camaradas de praia puxando a rede



Fonte: Acervo do autor

De acordo com Mazinho, na época em que habitava a praia com sua família, seu pai era um dos vigias da pesca da tainha. Após desentender-se com o patrão da parrelha daquela época, passou a juntar dinheiro e conseguiu comprar alguns equipamentos e ferramentas de pesca. Como tinha um grande conhecimento do mar da praia, logo no primeiro ano conseguiu pescar mais peixes do que o patrão da outra parrelha. Desse modo, no ano seguinte, o patrão da parrelha propôs em fazer uma sociedade com o pai de Mazinho, que aceitou com a condição de ser o patrão da parrelha, ser o responsável em fazer a divisão dos pescados, escolher os

indivíduos que formariam a parelha e, além disso, passaria a ficar com cinquenta por cento do lucro gerado no final da pesca. Como a outra parelha estava em defasagem, viram-se na obrigação de aceitar a proposta. Assim, o mesmo passou a ser o patrão da única parelha existente na praia, até 1978, quando mudaram-se para a Caieira da Barra do Sul.

Desse modo, o pai de Mazinho vendeu toda sua parelha para o atual patrão da parelha, que na época era pombeiro, como eram conhecidos os compradores e revendedores de tainha. Neste contexto, grande parte dos indivíduos que compõem a parelha atualmente, pescaram durante a década de 1970 com o pai de Mazinho. O atual patrão que, por sua vez, é também o dono do restaurante localizado próximo ao ponto de chegada principal da praia, dispõe de grande parte dos materiais de pesca utilizados naquela época, como as duas redes, uma grande e uma pequena e os botes utilizados na pesca, sendo que um deles, segundo os interlocutores, têm mais de cem anos.

Durante o período de pesca, o grupo fica em frente ao restaurante do patrão aguardando o sinal do vigia. Ali, ficam conversando, jogando dominó, efetuando a manutenção das redes, além de outras atividades que envolvem sociabilidade entre os participantes. Elton, um integrante do grupo, relata que neste local há muitos momentos de brincadeira, mas, também, há momentos de estresses e desentendimentos, principalmente quando a pesca não está de acordo com a expectativa dos pescadores, agravado por estarem longe da família.



Figura 24 - Camaradas de praia puxando a rede após o cerco



Fonte: Acervo do autor

Quando ocorre o sinal do vigia indicando um cardume se aproximando, para identificar qual canoa e rede deverá ser utilizada para a situação, deve-se seguir a instrução do vigia que irá acenar com um pano: se for preto, deve-se usar a rede e canoa grande, pois o cardume provavelmente terá mais de 5 mil peixes; se for branco, deve-se usar a rede e canoa pequena, pois o cardume certamente contará com menos de 5 mil peixes. Além disso, os remeiros irão orientar-se conforme o movimento do vigia para saber exatamente o momento certo de fazer o cerco. Cada movimento realizado com o pano dirá o que os integrantes da canoa terão de fazer. Quando o movimento for para fora, em direção ao mar, os remeiros devem continuar remando em direção ao mar aberto, quando o movimento for para dentro, é o momento ideal para iniciar o cerco.

Neste momento, os camaradas de praia devem segurar uma das pontas da rede e puxar conforme as indicações de alguns pescadores mais experientes. Na medida que o cerco vai se formando, os camaradas devem puxar a rede com mais intensidade, pois neste momento, a corda deverá sair do mar e ficar somente a rede, caso contrário, é provável que alguns peixes escapem. Após o cerco, o barco retorna para a faixa de areia com a outra ponta da rede, quando os camaradas de praia se dividem em dois grupos que deverão puxar a rede continuamente. A todo momento, há indicações de quais movimentos devem ser feitos e qual intensidade deve-se puxar a corda.

Assim, conforme a rede vai se aproximando da areia, é possível observar os peixes pulando sobre a água na tentativa de escapar da rede. Neste momento, com a rede já próxima da areia, os remeiros entram no mar para segurar a parte superior da rede, evitando que os peixes consigam escapar por ali, enquanto os camaradas de praia continuam puxando a rede com maior intensidade, até que chegue a certo ponto que dê para segurar a parte de baixo da rede, impossibilitando que qualquer peixe escape.

Já com a rede completamente na areia, é o momento de separar os peixes por espécie. Neste momento, a atividade é separada em três etapas que ocorrem simultaneamente: alguns pescadores dedicam-se em devolver ao mar aquelas espécies que não tem valor alimentar, outros separam por espécies todos aqueles que não são tainhas mas que tem algum valor alimentar e, por fim, a maior parte dedica-se em retirar a tainha da rede e levar até certo ponto da areia, longe do mar,

geralmente em frente ao restaurante de Seu Andrino, onde se forma um monte com diversas tainhas.

Assim, para agilizar o transporte, os pescadores utilizam uma espécie de rede, cujo suas duas extremidades de madeira são utilizadas para que dois indivíduos segurem um de cada lado, enquanto outro deposita as tainhas em seu centro para serem transportadas até o monte que se forma na areia. A todo momento, há algum pescador falando em voz alta os cuidados que se deve ter, como não arremessar o peixe ao monte, pois ao machucá-lo o processo de apodrecimento da carne ocorre de maneira acelerada e, a atenção que se deve ter com os bagres (*Liposarcus multiradiatus*), pois os mesmos possuem esporões com veneno e, uma vez que penetra na pele, em muitos casos deverá ser retirado com procedimento cirúrgico. Os avisos de cuidado que se deve ter com este peixe são repetidos a todo momento, o que denota o cuidado, a reciprocidade e empatia que os pescadores do grupo têm uns com os outros.

Após retirar todos os peixes da rede, é o momento de guardar a rede de modo que fique pronta para a próxima pesca que, em alguns casos pode ocorrer logo em seguida. Assim, a rede é esticada em sua totalidade ao longo da beira do mar, onde diversos pescadores ficam em determinados pontos desembaraçando os nós que se fizeram durante a pesca, enquanto outros, em cima do barco, vão recolhendo-a e preparando para o próximo cerco. Enquanto isso, o patrão com a ajuda de outro pescador, contabiliza o número total de peixes capturados, o qual será dividido posteriormente para cada integrante da parelha.

Importante dizer que qualquer indivíduo que queira participar de tal atividade é permitido e não há nenhum tipo de restrição quanto a isso. Desse modo, observa-se que tanto os visitantes da praia quanto habitantes que não fazem parte da parelha, dedicam-se em ajudar o grupo de pescadores em grande parte dos processos desempenhados. As atividades que estes deverão fazer consistem, em grande parte, na função do camarada de praia, ou seja, puxar a rede, separar o peixe e carregá-los até o monte onde é depositado. Assim, há uma grande participação de mulheres, jovens e idosos, o que difere dos integrantes da parelha, constituído, em sua maioria, por homens de meia idade.

Figura 25 - Separação das tainhas



Fonte: Acervo do autor

A ajuda dessas pessoas é importante para o grupo, pois além de agilizar o processo de separação do peixe, a força gerada ao puxar a rede é exaustiva, tendo em vista o peso da rede com os peixes capturados. Por fim, aqueles que ajudam também recebem uma parte do produto final, sendo recompensados com dois, três ou até mais peixes, variando, também, com a quantidade de peixe capturado, ocorrendo, assim, uma relação de troca entre os indivíduos.

A maior parte daqueles indivíduos que vivem acampados na praia, dedicam-se em participar da pesca desta maneira, tal como os camaradas de praia, em todos os processos que definem esta função, a fim que seus esforços sejam observados pelo patrão e considerados na seleção do ano seguinte. Assim, o indivíduo que busca participar da pesca de maneira autônoma encontra-se em constante processo de aprendizagem, portanto, este é o meio mais comum daqueles que dedicam-se em aprender aquilo que já estão fazendo mas que ainda não estão



inclusos na parelha terem a possibilidade de conquistar uma vaga futuramente (LAVE, 2015). Desse modo, a aprendizagem ocorre na prática participativa através da educação da atenção (INGOLD, 2020).

Este, portanto, é o caso de Andrei, conhecido como Khalifa, rapaz de aproximadamente 25 anos que habita a praia acampado há dois anos, tendo participado da pesca da tainha durante este período. É, também, o caso de Rock, em que todos os anos acampa na praia durante o período da pesca, onde fica hospedado em uma estrutura de bambu que abriga sua barraca de *camping*. Ou, ainda, o filho de um interlocutor, que tal como o pai, vive acampado na praia, buscando uma maneira particular de viver no lugar, uma vez que durante o verão e a primavera, trabalha durante a semana no estacionamento do início do caminho e, aos finais de semana, de *freelancer* como garçom na cidade. Já no inverno e outono, ajuda na pesca da tainha durante a semana e aos finais de semana trabalha no estacionamento.

Em certa ocasião, Andrei, Khalifa e Rock manifestaram descontentamento com a maneira como a pesca é conduzida pelo grupo de remeiros. O descontentamento partia da premissa que deveria haver espaço para os mais jovens tanto na função de remeiro, como em outras, mas, especificamente nesta, certos integrantes do grupo poderiam ser substituídos por pessoas mais jovens que tenham mais força e agilidade para desempenhar tal função.

O descontentamento demonstra, em parte, a dificuldade em conseguir a aceitação do patrão para fazer parte da parelha, mesmo com o devido comprometimento, responsabilidade e habilidade para com o trabalho. Isto pode ser caracterizado pela imagem que aqueles indivíduos que vivem acampados na praia tem aos olhos de alguns habitantes. Este olhar, parte do entendimento sobre aqueles que vivem acampados na praia não pertencerem à comunidade como os habitantes mais antigos. Salienta-se, portanto, que este apontamento não deve ser entendido como fato, mas como uma hipótese a partir das observações e diálogos com diversos indivíduos.

Entretanto, este olhar não vem desacompanhado de alguma fundamentação, mas como relatado por alguns interlocutores, algumas pessoas que já viveram acampados na praia não dispunham de nenhum compromisso para com a luta da comunidade frente ao conflito, pelo contrário, degradavam o ambiente ao cortar árvores para utilizar a lenha em fogueiras, geravam lixos em excesso e o

descartavam incorretamente, além de frequentemente estarem alcoolizados, gerando, assim, algum constrangimento para alguns habitantes. Porém, este não é o caso dos três indivíduos aqui citados.

Retornando à dinâmica da pesca, o quinhão, nome dado a divisão dos peixes para cada categoria da parelha, ocorre da seguinte forma: 50% do peixe capturado pertence ao dono da rede, sobre o qual deverá dividir certa quantidade para os vigias e para o pessoal da canoa de maneira igual. Feito a divisão, o dono fica com cerca de 32% a 35% da pesca. A outra metade, 50%, é dividida igualmente aos camaradas de praia. Este fato denota uma hierarquia contida no trabalho uma vez que cada categoria da parelha recebe uma quantia diferente do produto final, alguns mais e outros menos.

Assim, o produto final pertencente a cada integrante do grupo é anotado em um caderno. Após a contagem, é permitido que aqueles que quiserem pegar certa quantia de peixe de sua parte do quinhão o façam, sendo descontado e anotado no caderno pelo patrão. Geralmente, os pescadores pegam uma pequena quantia para presentear familiares e para complementar as refeições diárias, o restante, portanto, é “deixado na rede”. Neste caso, “deixar o peixe na rede” significa que deixará sobre a responsabilidade do patrão a somatória de seu quinhão referente a todas as pescas realizadas naquele período, onde receberá o valor no final do período da pesca. Assim, tendo em vista a dificuldade de armazenamento do peixe na praia, a maior parte sempre ficará na rede, onde cada pescador deve providenciar um saco com uma etiqueta com seu nome, onde, em seguida, será transportado para os comércios.

O diferencial da Praia de Naufragados no que diz respeito à pesca da tainha, caracteriza-se pelas posições dos vigias e a logística de transporte do peixe. A posição dos vigias facilita a identificação do cardume de peixe, uma vez que ficam posicionados em pontos altos das encostas que avançam consideravelmente da zona costeira em direção ao oceano, o que facilita a identificação do cardume e, conseqüentemente, o cerco. À respeito da logística, em outras localidades que se pesca tainha, o peixe após ser contado logo é direcionado ao caminhão que realiza o transporte ao comércio.



Figura 26 - Montes de tainhas após a contagem



Fonte: Acervo do autor

Em Naufragado, por outro lado, após a finalização da contagem do peixe, após concluir que no dia não haverá mais pesca, providência-se, então, o transporte. Caso contrário, se ainda houver alguma chance de pesca no dia, o peixe pescado anteriormente ficará na areia da praia com o devido cuidado em não exceder o limite de tempo e perder a safra. Assim, no momento do transporte, o peixe é colocado em uma barco para ser transportado para a Caieira da Barra do Sul. Se a quantidade de peixe for grande, leva-se para a “Praia do Seu Pedrinho”, caso contrário, é levado para a “Praia do Noca”, conhecida também como “Praia do Gilo” ou “Praia do Vinicius”. Ao chegar nessas localidades, haverá algumas pessoas aguardando para ajudar no descarregamento do barco e carregamento do caminhão, os quais também recebem alguns peixes de acordo com a quantidade pescada. Por fim, o peixe é transportado para o Mercado Municipal, onde é vendido por aproximadamente oito reais o quilo.

No dia dez de maio, data em que marcou o início da pesca de tainha, em 2022, foram pescados aproximadamente 40 tainhas em apenas um lance, número considerado baixo mas aceitável por tratar-se do primeiro dia de pesca. Já no dia vinte e seis de maio, data da última imagem, foram realizados dois lances, um pela manhã, que resultou em 734 tainhas, e outro pela tarde, que resultou em 744. No dia anterior, conforme relatado, foram pescados dois mil peixes em apenas um lance. De acordo com Seu João, em 2003 em um único lance foram capturadas cerca de 34 mil tainhas, o que levou dois dias para retirar todos os peixes da praia. Através desses dados, observa-se que o número de peixes capturados intensifica-se em meados de junho e durante todo este mês. Por outro lado, conforme relatos dos interlocutores, a variação ocorre também de ano em ano, a depender, principalmente, das condições climáticas.

Conforme exposto, nota-se que a pesca da tainha na Praia de Naufragados constitui uma malha (INGOLD, 2015) entre ventos, águas, peixes, redes, paisagem, humanos, entre outros atores, que se encontram e se conectam em um só lugar. Este fato fica claro, entre outros exemplos, quando Ademir enfatiza que não se pesca com vento sul, que por sua vez influencia as águas do mar o deixando agitado. Compreende-se, também, que pesca da tainha é desempenhada de modo particular na Praia de Naufragados, diferente de outras localidades em diversos aspectos, pois atrai indivíduos de trajetórias e localidades diferentes, onde encontram-se em um só lugar e assim, convivem durante um longo período a partir de uma noção de coletivo caracterizada por uma relação de reciprocidade e saberes, por meio das quais muitos dão sentido à própria vida, como afirma Dona Lindaura.

Neste sentido, conforme relatos de interlocutores, o retorno financeiro da pesca da tainha é deixado, por muitos, em segundo plano, principalmente pelo fato de não ser compensatório em vista dos esforços desempenhados ao longo deste período. Assim, apesar de ser uma prática que envolve grandes esforços, é, antes, uma prática de lazer, a qual está contida na vida particular daqueles que se propõem a permanecer todos os dias, durante um longo período de tempo, em alerta, pronto/a para entrar no mar, mesmo no frio intenso característico da época, além de despendendo esforços físicos, estar sujeito a riscos e, também, ficar até três meses longe de suas famílias. Tal motivação, porém, parte do desejo de dar continuidade à reprodução cultural e afirmar seu direito de ser-no-mundo. Isso fica claro quando

Dona Lindaura relata que seus avós pescaram na Praia de Naufragados e, seguindo os mesmos passos, desde que passou a fazer parte da parelha nunca deixou de participar.

Desta maneira, destaca-se que a pesca da tainha na Praia de Naufragados compreende uma dinâmica particular no modo de fazer, sendo a comunidade um aspecto fundamental para a sua realização, uma vez que existe uma convivência diária entre os pescadores que passam três meses juntos; as técnicas de montagem de acampamento, que envolve saberes sobre os materiais que se deve usar e como fazer; a função de cozinheiro na parelha, o qual não existe em outras localidades; a logística de transporte dos peixes para o comércio; a utilização dos serviços oferecidos pela comunidade; e, os pontos estratégicos dos vigias que ficam nas encostas.

Assim, observa-se, então, uma oportunidade para pensar o patrimônio cultural e a contribuição desses saberes e expressões para a construção da identidade nacional, que contrapõe algumas noções hegemônicas de patrimônio, as quais, ao longo da história, consideravam apenas edificações e monumentos que remetiam a um passado europeu e não revelava a diversidade cultural brasileira. Nesse sentido, na medida em que a pesca é considerada um patrimônio cultural, acaba sendo incorporada enquanto uma justificativa para que os habitantes da praia continuem resistindo, por tratar-se de um saber-fazer construído ao longo dos anos naquele ambiente específico e que garante a reprodução cultural dos pescadores.

Figura 27 - Recolhimento da rede e encerramento da pesca



Fonte: Acervo do autor

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões levantadas, observou-se que a Praia de Naufragados não está desabitada, tampouco isolada, como propõe pensar as políticas de Unidade de Conservação. Mas, pelo contrário, existe uma comunidade que habita o local desempenhando uma série de atividades que estão intimamente relacionadas com o ambiente, caracterizando um modo de vida particular, desenvolvido a partir de fenômenos políticos, sociais e culturais que influenciam diretamente em sua dinâmica.

Além disso, muitas vezes, pelo fato de estarem habitando uma praia cujo acesso se faz por trilha em meio à floresta nativa ou através de embarcação marítima, passa-se a ideia que a comunidade encontra-se isolada em relação ao restante da cidade. Porém, a partir dos dados etnográficos, observou-se que existe um fluxo entre cidade e praia, o qual está marcado por uma relação tanto econômica quanto cultural. Os exemplos são diversos, como o fato da maioria dos pescadores de tainha serem de bairros vizinhos, a relação entre os integrantes da Associação Náutica dos Corais, os habitantes da praia que trabalham na cidade, as idas semanais dos habitantes da praia aos comércios da cidade, as inovações tecnológicas trazidas da cidade, entre outras.

Apesar dos apontamentos deste trabalho, os quais buscaram levantar algumas problemáticas a respeito das políticas de Unidades de Conservação brasileiras, salienta-se, entretanto, que não existe aqui um posicionamento contrário ao papel fundamental que as mesmas desempenham na conservação dos biomas sobre os quais se encontram, mas propor uma crítica ao modelo em que são baseadas ao considerarem seres humanos como sendo à parte da natureza, através do entendimento que para conservá-la é necessário manter o local isolado, sem a presença de humanos. Nesse sentido, com o levantamento dos desdobramentos das legislações das UCs e as respostas da comunidade frente ao conflito, observou-se que a raiz do conflito está contida na noção de território em que a comunidade e o poder público dispõe do mesmo, o que sugere uma diferença ontológica.

Desse modo, a partir de todos os dados etnográficos expostos e trabalhados aqui, acredita-se que os resultados encontrados superaram os objetivos da pesquisa,



ao traçar um panorama geral do conflito e trazer o histórico das Unidades de Conservação em relação à Praia de Naufragados. Assim, demonstrou-se parte dos desdobramentos do conflito que, por sua vez, culminou em diversas demolições, principalmente no final da década de 1990. Ainda, apontou-se, também que, após o início das demolições, a comunidade passou a receber uma série de restrições, com a proibição de práticas como a agricultura, a pesca e a criação de animais, atividades que caracterizavam os principais meios de subsistência dos habitantes. Por fim, notou-se que a comunidade adotou uma série de ações práticas que resultaram na iniciativa de conservar o meio ambiente, além de desenvolver uma articulação entre turismo comunitário e a pesca da tainha, tornando o principal meio de resistência frente ao conflito ambiental. Nesse sentido, foi criada uma maneira particular de habitar o espaço da praia, levando em consideração todas as estratégias que adotaram. Este fato evidencia-se pelas seguintes falas.

[...] tava aí abandonado, eu fui limpando, fui ajeitando, tem muitas coisas plantada aí para dentro pela minha mão, pelas mãos dos meus netos, de filhos, né. E hoje ainda tá arborizado, tá bonito assim porque estou por aqui e a gente cuida né. (Seu Valdir)

[...] Tudo aqui, cara, foi nós que conseguimos: lixo? nós que temos que carregar. bombeiro? Ficamos quase dois anos alimentando os caras na casa da gente, pra eles poderem deixar. E traz, e pega, e leva, empresta quadriciclo; e faz isso, e monta casa pros caras. Daí depois comecei a postar os vídeos e “bum”, lançaram o dinheiro agora, faz um mês, fizeram altas casinhas para eles ali. Nós estamos abandonados cara, jogados às traças. (Rama)

[...] Essa questão do ajuizamento, ela serviu para que as pessoas buscassem e aí aprender também. E talvez é aí que hoje nós tenhamos a energia elétrica alternativa. Nós estamos dizendo para o poder público que é possível sim nós termos uma energia alternativa. E a comunidade sabe, a comunidade não quer mais utilizar o gás de cozinha, ela vai usar uma lenhazinha, mas aquela lenhazinha que não precisa cortar no mato, aquela lenhazinha da árvore que caiu e que já cumpriu uma grande parte do papel dela. Então, mesmo sem precisar estar com uma apostila na mão, estudos e títulos acadêmicos, ela tá ali sim fazendo seu mestrado, seu doutorado na prática. (Mazinho)

Por fim, constatou-se que, a pesca da tainha e o turismo comunitário encontram-se intrinsecamente relacionados, uma vez que a prática da pesca atrai visitantes à praia e, assim como os pescadores de fora, buscam utilizar os serviços da comunidade, como os *campings*, restaurantes e o bar. Além de ser uma atividade cultural e econômica, a pesca da tainha é também um meio de subsistência

importante para os habitantes da praia. Nesse sentido, mesmo aqueles que não participam diretamente da pesca da tainha, acabam entrando no circuito.

Como o Seu Andrino, que recebe clientes em seu restaurante durante todo ano, tanto de pescadores quanto de turistas, além de comprar a tainha pescada na praia e vender como refeição. Há, também, o Seu Valdir, que já ocupou a função de cozinheiro na parelha, mas atualmente, entra no circuito por oferecer serviço de *camping* para turistas que acompanham a pesca e os próprios pescadores. Ou, ainda, a Dona Glória, que durante o verão aluga guarda-sóis e cadeiras de praia, além de vender alguns tipos de bebidas, e, durante a pesca da tainha, ajuda a puxar a rede e separar o peixe, sempre ganhando dois ou três por cada cerco realizado. Por outro lado, mesmo aqueles habitantes que não participam de forma alguma, muitas vezes são presenteados com tainha. Desse modo, é possível verificar que a prática do turismo na Praia de Naufragados não é interrompida ao longo do ano, justamente por estar articulado com a pesca da tainha.

Por fim, entende-se que existe um desempenho individual de cada habitante da Praia de Naufragados frente ao conflito, contido na busca pela regularização de suas residências através de serviços de advocacia e, também, ações individuais voltadas ao coletivo, como S.O.S Naufragados, que tem grande repercussão nas redes sociais, fazendo com outras pessoas fiquem sabendo sobre o conflito e solidarizam-se com a causa dos habitantes; como o Seu Valdir, que recuperou grande parte de uma área desmata.

Coletivamente, o desempenho ocorre através da AMOPRAN, que vem buscando meios que possam garantir a habitação da comunidade com o mínimo de impacto ao meio ambiente; promover a conscientização ambiental dos habitantes e dos visitantes; e, por fim, vem buscando meios de transformar a APA do Entorno Costeiro em Monumento Natural, o que seria o ideal para eles, como indica Mazinho. Assim exposto, nota-se que os habitantes da Praia de Naufragados estão engajados e dispostos em continuar resistindo em busca de encontrar meios que justifiquem a continuidade da comunidade.

## 6 REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos ou como escapar das armadilhas do método. *In*: CARDOSO, Ruth C. L. (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 95-105, 2004.

COSTA, Emanuel dos Santos *et al.* Análise da Mobilidade Cotidiana em Florianópolis. **Geo UERJ**, 37, 2020.

DIÁRIO OFICIAL (Santa Catarina). **GOVERNO DO ESTADO**, SC. Brasil. 01/11/75. Decreto n. 1.260, de 01/11/75 [cria o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro], Florianópolis: DOE, v. 40, n. 10.359, p. 1-4, 10 nov. 1975.

DIEGUES, Antonio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, 3 (2), p. 361-37, 1999

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB - USP/CEC, 2008.

DOEBELI, Luísa Siqueira. **Decolonizando a relação território e preservação natural: aprendendo com a comunidade pesqueira de Naufragados/Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

ESCOBAR, Arturo. El diseño autónomo, la política de la relacionalidad y lo comunal. *In*: ESCOBAR, Arturo. **Autonomía e Diseño: La realización de lo comunal**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, p. 189-226, 2016.

FACEBOOK. **Passeio de Barco para Naufragados**. Florianópolis. Disponível em: <https://www.facebook.com/Passeiosdebarcoparapraiadenaufregados>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FÉLIX, Alexandre. **Determinação dos limites de ocorrência dos setores morfodinâmicos ao longo do arco praial dos Naufragados, Ilha de Santa Catarina/SC - Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FERRAZ, Cláudia Pereira; ALVES, André Porto. **Da etnografia virtual à etnografia online: deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital**. ANPOCS, 41º Encontro Anual, Caxambu, p. 2-25, 2017.

FERREIRA, Giovana Callado. **O rural e o urbano: ruralidades, meio ambiente e expansão urbana em Florianópolis.** Tese (Doutorado em História Cultural) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FIGUEIREDO, Patrícia. **Saguis ‘invasores’ se proliferam em Florianópolis com ‘ajuda’ de alimentação indevida.** Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/04/27/saguis-invasores-se-proliferam-em-florianopolis-com-ajuda-de-alimentacao-indevida.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: Lamparina Editora, p. 59-79, 2009.

FORTKAMP, Cristiane. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST): História e Conflito Sócio-Ambiental (1975-2007).** Dissertação (Mestrado História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FOSSARI, Teresa Domitila. **A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FUNARI Pedro Paulo ; NOELLI Francisco Silva. A crescente diversidade dos habitantes. *In: Pré História do Brasil.* São Paulo: Contexto, p. 63-104. 2002

GASPAR, MaDu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei nº LEI Nº 14.661, DE 26 DE MARÇO DE 2009.** Reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado pelo Decreto nº 1.260, de 1º de novembro de 1975, e retificado pelo Decreto nº 17.720, de 25 de agosto de 1982, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambú, cria o Fundo Especial de Regularização, Implementação e Manutenção do Mosaico - FEUC, e adota outras providências. LEI Nº 14.661, DE 26 DE MARÇO DE 2009, Santa Catarina, 26 mar. 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Florianópolis. *In: Cidades e Estados.* [S. l.]. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ICMBio - Instituto Chico Mendes. SNUC. *In: ICMBio - Instituto Chico Mendes. Educação Ambiental*. [S. l.], 7 fev. 2023. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>. Acesso em: 12 nov. 2022.

IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. *In: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro*. [S. l.], 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/biodiversidade/unidades-de-conservacao/parque-estadual-da-serra-do-tabuleiro>. Acesso em: 23 nov. 2022.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. **Antropologia e/como Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

INGOLD, Tim. O Dédalo e o Labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, 21 (44), p. 11-22, 2015.

INRC Lida Campeira. **Blog do INRC Lida Campeira**. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

INSTITUTO SEMEIA. **Diagnóstico do uso público em Parques brasileiros: a perspectiva da gestão**. São Paulo: Instituto Semeia, 2021.

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, 22 (44), p. 23-30, 2015

LEI ORDINÁRIA Nº 15922, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012. Lei Estadual nº 15922, de 6 de dezembro de 2012. DECLARA INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A PESCA ARTESANAL DA TAINHA. [S. l.], 6 dez. 2012.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARQUES, Ana Claudia; VILLELA, Jorge Mattar. O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. **Revista de Antropologia**, 48 (1), p. 37-74, 2005.



MORARI, Delma Cristiane. **A paisagem da praia dos Naufragados da Barra do Sul, Florianópolis, SC segundo a percepção dos moradores**: uma abordagem etnográfica. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MOURA, Tiago Cristiano de. **Entre Memória e História**: o Forte Marechal Moura de Naufragados e a preservação do Patrimônio Histórico em Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. **Cadernos de Arte e Antropologia**, 3 (2), p. 57-67, 2014.

NUNES, ROSIANE DA SILVA. **UNESCO**: Patrimônio Cultural Imaterial e Sociomuseologia. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

O que são Unidades de Conservação. Dicionário Ambiental. ((o))eco, Rio de Janeiro, 19/04/2013. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>>. Acesso em: 12 nov. 2022

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2000.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PÉTONNET, Colette. A observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, 25 (2), p. 99-111, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - MPF/SC. **Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico** - PMISB Produto 2. Diagnóstico da caracterização Física das Unidades Territoriais de Análise e Planejamento, 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL - SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. [S. l.], 18 jul. 2000.

Rede de Gestão Sustentável: Blog de estudantes de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. *In*: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. [S. l.], 1 jun. 2013. Disponível em:

<http://redegestaosustentavel.blogspot.com/2013/06/parque-estadual-da-serra-do-tabuleiro.html>. Acesso em: 23 nov. 2022.

REIS, Georgia M. P. dos. **De naufragos a excluídos**: (des)caminhos da preservação ambiental na Praia de Naufragados. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

REIS, Alfredo dos. **Mediação transdisciplinar de conflitos ambientais em unidades de conservação**: estudo de caso na Praia de Naufragados/Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SAMAIN, Etienne. Os riscos do texto e da imagem: em torno de *Balinese character* (1942), de Gregory Bateson e Margaret Mead. **Significação**, 14, p. 63-88, 2000.

SBPT, Comunicação. Orientações da OMS para prevenção da COVID-19. *In*: Orientações da OMS para prevenção da COVID-19. [S. l.], 15 mar. 2020. Disponível em: <https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, 15 (32), p. 171-188.

SILVEIRA, Marcos A.T.; RODRIGUES, Adyr B. Urbanização turística no Brasil: um foco em Florianópolis – Santa Catarina. **Via**, 7, 2015.

SIMÕES, Soraya Silveira. Observação flutuante: uma observação “desendereçada”. **Antropolítica**, 25, p. 193-196, 2008.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA (Brasil). **Delimitação e planejamento de demarcação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Curitiba: [s. n.], 2008.